



JÚLIO RIELLE DOMINGUES OLIVEIRA

**A CARACTERIZAÇÃO DA SABEDORIA NA *METAFÍSICA* DE
ARISTÓTELES**

LAVRAS-MG

2023

JÚLIO RIELLE DOMINGUES OLIVEIRA

**A CARACTERIZAÇÃO DA SABEDORIA NA *METAFÍSICA* DE
ARISTÓTELES**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Filosofia, para a
obtenção do título de Licenciado.

Profa. Dra. Meline Costa Sousa
Orientadora

LAVRAS - MG

2023

Um especial agradecimento a

Meline Costa Sousa.

Flávia Domingues.

Lucionei De Oliveira.

Adriele Domingues.

Ana Vilhena.

Luana Oliveira.

Grasiella Domingues

Talysson Domingues.

e Lurieny Meireles.

Obrigado pelo apoio de todos, sem vocês este trabalho não seria possível.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar certo percurso argumentativo proposto por Aristóteles na obra *Metafísica* a fim de caracterizar a sabedoria ou filosofia primeira. Ao longo da pesquisa, abordaremos a concepção de sabedoria e do sábio em vista do ordenamento dos conhecimentos tal como aparece no livro I. Buscaremos conhecer as chamadas ciências teóricas e suas diferenciações segundo o livro VI. Analisaremos, por fim, os tipos de substância apresentados ao longo do livro XII da *Metafísica*, em especial, a substância imóvel.

Palavras-chave: Metafísica; Sabedoria; Ciência; Causas; Substâncias.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 6 |
| Sobre a <i>Metafísica</i> | 6 |
| Divisão dos capítulos | 8 |
| Capítulo Primeiro: A sabedoria como ciência das causas | 9 |
| 1.1 Tipos de conhecimento | 9 |
| 1.2 Sobre a sensação | 9 |
| 1.3 Experiência, técnica e ciência | 11 |
| 1.4 Sabedoria e sábio | 13 |
| 1.5 Ciência e causa | 15 |
| 1.6 Características gerais desta ciência | 18 |
| Capítulo Segundo: Sobre as ciências teóricas (física, matemática e ciência divina) | 20 |
| 2.1 Ciência dos entes | 20 |
| 2.2 Sobre os entes e seus princípios | 21 |
| 2.3 Distinção entre as ciências teóricas | 24 |
| Capítulo Terceiro: Sobre as substâncias imóveis | 30 |
| 3.1 Os tipos de substância | 30 |
| 3.2 As substâncias eternas e o movimento circular | 35 |
| 3.3 As substâncias imóveis | 40 |
| Considerações finais | 43 |
| Referências bibliográficas | 48 |

SEGUNDA PARTE

| | |
|----------------------------|-----------|
| Plano de curso | 51 |
| 1.1 Introdução | 51 |
| 1.2 Análises da BNCC e CBC | 51 |

| | |
|---|-----------|
| 1.3 Justificativa e objetivo geral | 53 |
| 1.4 Metodologias | 53 |
| 1.4.1 Aula expositiva | 53 |
| 1.4.2 Mapa conceitual | 55 |
| 1.5 Estrutura do plano de curso para o Ensino Médio | 56 |
| Estrutura do plano de curso | 59 |
| Primeiro bimestre | 59 |
| Segundo bimestre | 60 |
| Terceiro bimestre | 61 |
| Quarto bimestre | 62 |
| Referências bibliográficas | 65 |

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar certo percurso argumentativo proposto por Aristóteles na obra *Metafísica* a fim de caracterizar a sabedoria ou filosofia primeira. Ao longo da pesquisa, abordaremos a concepção de sabedoria e do sábio em vista do ordenamento dos conhecimentos tal como aparece no livro I. Buscaremos conhecer as chamadas ciências teóricas e suas diferenciações segundo o livro VI. Analisaremos, por fim, os tipos de substância apresentados ao longo do livro XII da *Metafísica*, em especial, a substância imóvel.

As questões sobre o papel da causalidade na filosofia primeira de Aristóteles, em especial, a questão da causalidade do movente imóvel são problemáticas que acompanham a obra *Metafísica* ao longo dos anos tanto pela dificuldade de entendimento dos conceitos quanto pelas ocorrências de discussões sobre o mesmo tema em outras obras (por exemplo, *Física*). Neste sentido, ainda hoje, faz-se necessária uma investigação que se dedique, ainda que de modo introdutório, a apresentar algumas noções centrais da ciência metafísica aristotélica.

Sobre a *Metafísica*

É de saber comum que a *Metafísica* é uma obra composta por quatorze livros organizados originalmente por Andrônico de Rodes. O nome *Metafísica* foi empregado após a junção destes textos. É necessário dizer que, ao longo de toda a história da obra, o texto que possuímos hoje é de caráter fragmentado e mutilado. Para os problemas relativos à natureza da obra surgem várias visões a respeito. Contudo, independentemente das questões relativas à edição da obra, a importância da *Metafísica* é dada no momento em que entendemos sua grandeza. Para Aristóteles, a sabedoria ou ciência das causas primeiras, em grau de conhecimento, estaria ocupando o topo na hierarquia das ciências. Por quê?

A sabedoria, a ciência que Aristóteles apresenta na *Metafísica*, é composta de algumas características. No livro I, é possível ver que o filósofo faz uma divisão entre experiência, técnica e ciência. No livro II, que a filosofia demonstra e preza sempre pela verdade e, no livro IV, que ela pode ser chamada de ciência do ser e, por conseguinte, da substância.

Dadas tais afirmações, a dificuldade que temos é harmonizar todas essas caracterizações e informações que encontramos ao longo da obra, como por exemplo, conectar o problema de causas primeiras com os seres ou com as substâncias que são entendidas como divinas. Para isso, alguns acreditam que esta ciência pode ser dividida em ontologia, que se dirige ao ser ou ente em geral, ou teológica que vai de encontro aos entes divinos. Neste sentido, a obra *Metafísica* conteria, pelo menos, duas ciências, cada uma com o seu objeto próprio (sujeito).

Essas discussões sobre os dois possíveis rumos da obra *Metafísica* já eram tidas na antiguidade. Comentadores antigos como, por exemplo, Teofrasto e Eudemo, chegando a Alexandre de Afrodísia, Siriano e Asclépio, entendiam haver apenas uma ciência para essas múltiplas formulações. Contudo, alguns acreditavam que essa ciência tendia mais ao lado teológico. A tendência para esse lado teológico é explicada do seguinte modo:

Uma vez que a maior parte dos textos descreve a ciência que Aristóteles busca na *Metafísica* em termos genericamente “teológicos” (como uma ciência de coisas imateriais ou eternamente imutáveis ou ainda de causas primeiras ou princípios), e como as poucas descrições “ontológicas” estão todas próximas das descrições “teológicas” com as quais elas têm de ser, de algum modo, conciliadas, a maioria dos leitores anteriores à época de Avicena pensava que tinha de entender todo a *Metafísica* como servindo ao *skopós* da teologia. (MENN *apud* CECILIO, 2016, p. 186)

Conforme aponta o estudioso, é comum pensar que os filósofos que leram a obra *Metafísica* antes do século X¹ a viam principalmente como uma obra sobre teologia. Isso acontece por causa de algumas das descrições feitas por Aristóteles na própria obra, as quais se relacionam com o divino, entes imateriais, eternamente imutáveis e causas primeiras. Seres dessa natureza são, geralmente, associados ao divino e a investigação deles é delegada ao âmbito teológico. Embora o filósofo abordasse questões sobre o ser e a existência (ontologia), essas descrições foram conciliadas com as descrições teológicas. Assim, alguns autores da antiguidade tardia e do medievo acreditavam que o principal propósito da *Metafísica* era servir ao “sujeito da teologia”, explorando questões relacionadas ao divino.

¹ Menn se refere a Avicena por se tratar de um dos autores que discordaram do fato de o sujeito da sabedoria ser Deus.

Como será discutido nas considerações finais, há diferentes possibilidades de interpretar a relação entre sabedoria-seres e sabedoria-divino. Contudo, antes de abordarmos as interpretações de Natorp e Zeller, faz-se necessário entender algumas noções fundamentais da *Metafísica* de Aristóteles e como o problema se coloca no texto.

Divisão dos capítulos

Diante disto, o presente trabalho conta com três etapas, cada uma dedicada a um livro específico da obra *Metafísica*. Assim, tem-se como objetivo, no primeiro capítulo, a análise da sabedoria ou ciência das causas primeiras e princípios a partir do livro I.1-3. Dada a relação com as causas, buscaremos abordar o que seria esta causalidade para Aristóteles e como ela se aplica ao contexto do domínio deste tipo de ciência, como no caso dos chamados sábios. Assim, os sábios seriam possuidores desta ciência suprema de modo que saberiam explicar as causas e os princípios dos seres de modo mais fundamental.

O segundo capítulo, dedicado ao livro VI.1 da *Metafísica*, tem em vista demonstrar a compreensão do filósofo a respeito das ciências teóricas. Busca-se, em especial, compreender como a distinção acontece partindo da delimitação do objeto ou sujeito próprio a cada ciência. Assim, a partir do pressuposto que cada ciência tem seu objeto de estudo próprio, Aristóteles apontará os princípios dos seres eternos como aquilo que é próprio à filosofia primeira.

No último capítulo, dedicado à *Metafísica* XII.1-8, serão apresentados os tipos de substância a partir da caracterização de cada uma delas. Será abordada, em especial, a substância eterna imóvel, a qual é causa do movimento circular das substâncias naturais eternas. Em relação ao problema do tipo de causalidade realizado pelo movente imóvel, a análise será baseada em como se dá o movimento eterno.

Capítulo Primeiro: A sabedoria como conhecimento das causas primeiras

1.1 Tipos de conhecimento

Em *Metafísica* I.1 980a21², o filósofo inicia, afirmando que todos os homens estão propensos ao conhecer, o que é indicado pelo amor ou apreço pelas sensações. As sensações estão pareadas com esse desejo de saber já que a visão é tida como primordial se comparada a todas as outras sensações. Essa predileção pela sensação visual deve-se ao fato de que a visão fornece ao homem mais conhecimento do que todas as outras sensações, apresentando as diferenças visíveis entre as coisas.

Os animais também nascem com sensações. Contudo, nem todos possuem a memória, ao passo que aqueles que a possuem aprendem com maior facilidade dado que há facilidade de recordar. O ser humano possui todas essas capacidades citadas, em especial, a sensação e a memória. Acrescentam-se também a experiência, a técnica e os raciocínios.

O ato de recordar diversas vezes o mesmo objeto faz com que se construa uma experiência única. Disso surgiria algo semelhante à técnica e à ciência. Como será tratado adiante, a técnica está ligada à experiência individual e quanto mais repetida, mais aperfeiçoada fica. Segundo a citação de Polo, a “experiência produz a arte, enquanto a inexperiência produz o puro acaso” (*Metafísica* I.1 980b25; trad. Angioni, 2008, p. 9). A técnica pode ser entendida como fruto de inúmeras observações da experiência, criando ali um senso comum relativo a todos os casos semelhantes.

Assim, podemos notar que, em I.1, existe uma espécie de hierarquia no conhecimento indo do particular ao mais universal. Primeiramente, encontra-se a sensação, dela a experiência, a memória, a técnica e, por fim, a ciência.

1.2 Sobre a sensação

² Quando usado o nome *Metafísica*, será referente a obra e quando metafísica referente à ciência. Foram consultadas as traduções de Reale (2002), Angioni (2008) e Martínez (1994).

Como dito anteriormente, a sensação é algo que se relaciona com o desejo de saber. O filósofo passa, então, a delimitar como a sensação agiria em cada ser. Percebe-se isso quando os animais são usados como exemplo em *Metafísica* I.1 980a27-b25. Assim, os animais dotados de memórias são os que melhor aprendem e fazem bom uso da sensação. A memória é peça fundamental para que a experiência exerça seu papel, pois, através dela, o ser humano busca formular uma representação relativa a como tal coisa é ou pode ser. Assim, partindo da memória do que já havia ocorrido, formula-se uma experiência mais complexa.

As discussões sobre os sentidos e os tipos de percepção em geral são tratadas por Aristóteles na obra *De anima*, na qual o filósofo, partindo da noção de alma como forma e atualização do corpo natural, discute as atividades que caracterizam a vida dos diversos seres animados, dentre elas, a sensação. Assim, a sensação é um processo pelo qual o sentido se torna semelhante ao sensível. No *De anima* II.2 413b1, é dito:

O viver subsiste nos seres vivos por conta deste princípio, e o animal constitui-se primordialmente pela percepção sensível. Pois dizemos que são animais e não apenas que vivem, também os que não se movem nem mudam de lugar, mas possuem percepção. E, da percepção, é o tato que em todos subsiste primeiro. E, assim como a capacidade nutritiva pode estar separada do tato e de toda e qualquer percepção sensível, também o tato pode estar separado dos demais sentidos. Denominamos nutritiva tal parte da alma, da qual participam também as plantas. Todos os animais, por outro lado, revelam possuir o sentido do tato e diremos posteriormente por meio de que causa ocorre cada uma [...] (*De anima* II.2 413b1; trad. Reis, 2006, p. 73)

Nessa passagem, Aristóteles inicia uma rápida demonstração da diferença entre os seres vivos. No exemplo, podemos notar que são citados como seres vivos os seres humanos, as plantas e os animais não racionais. Após estabelecer tal distinção, no *De anima* II.3 414a29, Aristóteles aprofunda a discussão sobre os animais em vista das características dos sentidos.

Dentre as potências da alma, como dissemos, todas as mencionadas subsistem em alguns seres; em outros, só algumas delas e, em alguns, apenas uma. E mencionamos como potências a nutritiva, a perceptiva, a desiderativa, a locomotiva e a raciocinativa. Por ora, é suficiente dizer apenas isto: que a alma é princípio das capacidades mencionadas nutritiva, perceptiva,

racionativa e de movimento e que por elas é definida. (*De anima* II.3 414a29; trad. Reis, 2006, p. 77)

Vemos que, dentre os exemplos usados por ele na passagem, cada tipo de ser possui algumas destas características. No caso da sensação, apenas os animais racionais e irracionais. Apenas os seres racionais, a dizer, os seres humanos, possuem todas elas: nutrição, percepção, desejo, locomoção e raciocínios. Portanto, ter alma humana significa viver de modo que resulte em ter intelecto, percepção sensível, ou movimento local e repouso, ou movimento em direção a nutrição que tem como resultado o crescimento e decaimento.

1.3 Experiência, técnica e ciência

Neste tópico, abordaremos a diferença entre experiência, técnica e ciência, como cada uma se encaixa em determinadas situações e quais são mais valorizadas. Tais noções são apresentadas no primeiro livro da *Metafísica*.

Assim, os outros animais vivem com as aparências [imagens sensíveis] e com as recordações [memórias], mas compartilham pouco da experiência; o gênero humano, por sua vez, vive também com técnica [arte] e raciocínios. É da memória que a experiência surge aos homens: diversas recordações de um mesmo fato perfazem a capacidade de uma experiência [chegam a constituir uma experiência única]. E (por assim dizer) mesmo a experiência parece semelhante à técnica e à ciência, e a ciência e a técnica chegam aos homens através da experiência. De fato, a experiência produziu a técnica, como disse Polo, ao passo que a inexperiência produziu o acaso. (*Metafísica* I.1 980b25-981a5; trad. Angioni, 2008, p. 9)

Para exemplificar a distinção entre a experiência e a técnica, Aristóteles usa o seguinte exemplo: julga-se que determinado remédio fez bem a Cálías, Sócrates e a muitos outros indivíduos, pois estes tinham a mesma enfermidade. Esse tipo de procedimento seria fruto direto da experiência. Assim como diz em *Met.* I.1, 981a-20, a experiência auxilia a cura do indivíduo. Assim, através da experiência, é possível curar a Cálías, Sócrates ou qualquer indivíduo particular. No uso particular, a experiência em nada parece diferir da técnica. Os dotados de

conhecimento advindo da experiência provam isso, pois, a partir da experiência dos particulares, possuem mais sucesso do que os que conhecem o universal. Afinal, o universal é de mais difícil compreensão por estar mais afastado das sensações, enquanto a experiência é mais próxima a sensação e, por isso, de maior facilidade de compreensão. Deste modo, no cotidiano, erroneamente pode-se acreditar que o detentor da experiência possui mais conhecimento do que o detentor da técnica.

Para resolver esta confusão, Aristóteles faz uma hierarquia entre os tipos de conhecimento partindo dos graus de universalidade, a saber, sensação, experiência, técnica e ciência. Esta diferenciação entre experiência e técnica também é tratada na obra *Ética a Nicômaco* I.1.

Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem. Mas observa-se entre os fins uma certa diferença: alguns são atividades, outros são produtos distintos das atividades que os das ações, são eles por natureza mais excelentes do que estas. (*Ética a Nicômaco* I.11094a1-8; trad. Vallandro e Bornheim, 1984, p. 49)

Ora, como são muitas as ações, artes e ciências, muitos são também os seus fins: o fim da arte médica é a saúde, o da construção naval é um navio, o da estratégia é a vitória e o da economia é a riqueza. Em todas elas, os fins das artes mais fundamentais devem ser preferidos a todos os fins subordinados porque estes últimos são procurados a bem dos primeiros.

Sabe-se, então, que o saber e o entender são mais próprios da técnica do que da experiência, e os que possuem a técnica são mais sábios do que os que possuem apenas a experiência. Isso, pois a “sabedoria”³ de cada homem corresponde à sua capacidade de conhecer e aprender. Os mais sábios possuem este patamar por conhecer as causas, enquanto os outros não a conhecem. Os empíricos conhecem os fatos, mas não os seus porquês, enquanto os sábios conhecem os porquês e as suas causas.

1.4 Sabedoria e sábio

³ Segundo Cecílio (2018, p. 19-20), Aristóteles se vale, nesse momento, de um uso retórico do termo sabedoria.

De acordo com Cecílio (2018, p. 24-25), a sabedoria faz sua entrada de modo humilde e acaba sendo difícil compreender como ela atingirá, nas páginas subsequentes da obra, o *status* de saber divino, mas, afinal, como algo de saber divino pode ser usada de maneira tão simples, servindo como termo de comparação entre alguém que possui uma arte qualquer e aquele que tem apenas experiência?

Nas primeiras aparições do termo sabedoria e dos seus derivados no livro I, o termo ainda não é usado em seu sentido de saber máximo ou até como ciência mais elevada. Pelo contrário, Aristóteles escolhe partir de vários sentidos do termo, inicialmente um sentido de saber técnico qualquer, o que seria facilmente compreendido por seus ouvintes, para que então o filósofo aos poucos refinará esse sentido, até que se atinja pôr fim a noção de sabedoria como ciência mais elevada. A estratégia de Aristóteles não é abordar e discutir diretamente o sentido técnico de sabedoria como ciência mais eminente que há, mas sim partindo das preconcepções partilhadas acerca do sábio.

Assim, durante a distinção entre experiência e técnica, diz-se que os que conhecem os universais e sabem dos particulares são mais dignos de honra e possuidores de maiores conhecimentos. Um exemplo se encontra em *Metafísica* I.1, 981b, onde os sábios conhecem as causas das coisas que são feitas e os trabalhadores manuais agem a modo de não saber o que fazem, fazem por puro hábito.

Contudo, durante a distinção entre técnica e ciência, Aristóteles dirá que o sábio é aquele detentor das causas, que sabe como ensinar, diferentemente daquele que não é sábio, que aprende e reproduz por simples experiência. Assim, o sábio é aquele que está em nível intelectual mais elevado, comparado às demais pessoas, pois são detentores de sabedoria e sabem os princípios e as causas das coisas.

Tem-se, então, que sábio é aquele que conhece as causas e são capazes de compreender os princípios:

Concebemos, primeiramente, que um sábio conhece tudo, na medida do possível, sem ter conhecimento de cada coisa particular. Em seguida, consideramos sábio aquele que é capaz de conhecer as coisas difíceis, isto é, que não são fáceis de conhecer para o homem comum (o sentir é comum a todos e, por isso, é fácil e não é “sábio”). Além disso, no que respeita a qualquer conhecimento, consideramos ser mais sábio aquele que é mais exato e que tem maior capacidade de ensinar as causas. (*Metafísica* I.1 982a8-6; trad. Angioni, 2008, p. 11)

Um ponto crucial da diferenciação entre quem sabe e quem não sabe é a capacidade de ensinar. Considerando que a técnica é conhecimento universal e a experiência não, por isso, os que possuem a técnica são capazes de ensinar, enquanto os que possuem a experiência não o são. Com relação à discussão sobre as sensações iniciada no livro, nenhuma delas é ciência, pois elas são os instrumentos de conhecimento dos particulares, mas não nos dizem o porquê de absolutamente nada, por exemplo, por que o fogo é quente, apenas ressaltam o fato de ele ser quente.

Assim, a técnica supera os conhecimentos sensíveis, tendo o sábio sido objeto de admiração e chamado de sábio em relação a outros homens. Em seguida, foram chamados sábios os que descobriram coisas para vida útil e particular. Logo após terem se constituído todas as artes desse tipo, passou a ser sábio quem descobriu coisas que não visam nem ao prazer nem as sociedades, mas o próprio conhecimento. Segundo Aristóteles, isso ocorreu, em primeiro lugar, onde os homens libertam-se de ocupações práticas, como no Egito, lugar em que as ciências matemáticas se construíram primeiro.

Todo este percurso proposto por Aristóteles no livro I tem em vista demonstrar que pelo nome de sabedoria todos compreendem a pesquisa das causas primeiras e dos princípios. Assim, o mais sábio é aquele que domina este tipo de conhecimento chamado, pelo filósofo, de ciência.

Quanto à caracterização do sábio em I.2, em primeiro lugar, considera-se que o sábio conhece todas as coisas, não aprofundando no particular de cada indivíduo, mas àquilo que é universal. Segundo, o sábio é aquele que é capaz de conhecer as coisas difíceis ao passo que para outros é mais complicada a compreensão, lembrando que o conhecimento sensível é de fácil acesso por todos, por isso, não pode ser sabedoria. Terceiro, o sábio é aquele que possui maior conhecimento das causas. Quarto é capaz de ensinar aos outros.

Muitas são as características partilhadas pela sabedoria e pelos sábios. A primeira delas é a de conhecer todas as coisas, a qual é pertencente a quem possui a ciência do universal. E as coisas universais são as de mais difícil acesso para os homens, pois estão mais distantes das apreensões sensíveis. A sabedoria, dentre todas as outras ciências, é a que fornece exatidão sobre os primeiros princípios.

Exemplo disso são as ciências que pressupõem um menor número de princípios são mais exatas do que as que dispõem de um maior número, como no caso da aritmética em comparação com a geometria. Porém, a ciência que mais diz as causas é também a mais hábil de ensinar por dizer as causas de cada coisa que ensinam. Tendo como finalidade o conhecimento em si mesmo, o fim de conhecer e saber só poderia se encontrar na ciência que é maximamente cognoscível e os mais cognoscíveis em si são os primeiros princípios e as causas. A ciência mais elevada e possuidora de maior autoridade é aquela que conhece o fim para o qual é feita cada coisa e o fim é sempre visando o bem.

As coisas podem ser anteriores e mais cognoscíveis de dois modos: de fato, anterior por natureza e anterior para nós não são o mesmo, tampouco mais cognoscível e mais cognoscível para nós. Entendo como anteriores e mais cognoscíveis para nós as coisas mais próximas da sensação, e como anteriores e mais cognoscíveis sem mais [em si], as mais afastadas. E são mais afastados os mais universais, ao passo que são mais próximos os particulares, e eles se opõem entre si. (*Segundos analíticos* II 71b33-72a5; trad. Angioni)

1.5 Ciência e causa

Em *Segundos analíticos* I.2, Aristóteles busca delimitar em que consiste o conhecimento científico e, nesse intento, ele parte da seguinte descrição: “julgamos conhecer cientificamente uma coisa qualquer, sem mais (e não do modo sofisticado, por concomitância), quando julgamos reconhecer, a respeito da causa pela qual a coisa é, que ela é causa disso, e que não é possível ser de outro modo” (*Segundos analíticos* I.2 71b 9-12; trad. Angioni, 2007, p. 1). Segundo Angioni,

[...] podemos dizer que Aristóteles parece atribuir ao conhecimento científico [ciência] três características, mas não é muito claro o que cada uma delas significa. Em primeiro lugar, é claro que (i) o conhecimento científico de um objeto (isto é, de uma predicação qualquer) envolve o conhecimento da causa desse objeto. É certo, também, que (ii) o conhecimento científico envolve o conhecimento de alguma relação necessária, embora seja difícil determinar qual é, exatamente, essa relação. Finalmente, é certo que (iii) o conhecimento científico opõe-se a certo modo sofisticado de conhecer os mesmos objetos de que se pode ter ciência, mas tampouco é claro em que consiste esse modo sofisticado [...] (ANGIONI, 2007, p. 2)

Segundo a análise de Angioni, Aristóteles parece atribuir ao conhecimento científico três características. O conhecimento científico envolve o conhecimento da causa de algo a partir de uma relação necessária e, por fim, se coloca completamente oposto a maneira de conhecer sofística. Deste modo, para ser um conhecimento científico, é preciso conhecer cada coisa pelos seus princípios próprios. O modo de conhecer sofístico não é científico, pois em nada explica o objeto ou os fatos. Outro motivo é o conhecimento sofístico não advém do próprio princípio, da causa, na construção do conhecimento. Além disso, é preciso preencher certos requisitos, como ser um argumento verídico, constituir de explicações verdadeiras e expor e explicar adequadamente o objeto assumido.

(1) um argumento é sofístico quando ele parece concluir de modo válido, mas, de fato, não conclui, antes, comete um erro formal de inferência (cf. *Tópicos* 100b25, 101a 2-4, 162b 3-5); (2) um argumento é sofístico quando, seja ele uma inferência válida ou não, ele toma como se fossem aceitas como verdadeiras premissas que, de fato, não são verdadeiras nem aceitas como verdadeiras (cf. *Tópicos* 100a 23-25, 101a 1-2); (3) finalmente, um argumento é sofístico quando, mesmo sendo uma inferência válida e mesmo sendo constituído de proposições verdadeiras, ele parece explicar sua conclusão de modo adequado, mas, de fato, não explica a conclusão pelo porquê adequado (171b11-12, 162b 7-8). (ANGIONI, 2007, p. 3)

Assim, com o objetivo de dizer o que é a sabedoria, devemos analisar acerca de quais causas e princípios ela trata uma vez chamada de conhecimento científico. Conforme o que foi dito até aqui, podemos dizer que esta ciência, a sabedoria, é apontada como uma única ciência que deve estudar sobre os princípios primeiros e as causas, pois, o bem final das coisas é uma causa. Tendo em vista que conhecer algo é conhecer sua causa primeira, o filósofo destaca que as causas são entendidas em quatro diferentes sentidos. Segundo a *Metafísica* I.3,

Dado ser evidente que é preciso tomar conhecimento das causas que se dão como princípio (pois afirmamos conhecer cada coisa precisamente quando julgamos discernir sua causa primeira), e

dado que as causas se dizem de quatro maneiras das quais afirmamos que uma é a essência e o “aquilo que o ser é” (de fato, o “por que” se reduz à definição última, e o “por que” é primeiramente causa e princípio), outra, a matéria e o subjacente, em terceiro lugar, a de onde se dá o começo do movimento, em quarto lugar, a causa oposta a esta última, o “em vista de que” e o bom (de fato, é este o acabamento de toda geração e movimento) – estudou-se isso suficientemente nas discussões sobre a natureza. (*Metafísica* I.3 983a24-984b22; trad. Angioni, 2008, p. 14-16)

Primeiramente, dizemos que causa é a substância e a essência. Em segundo lugar, dizemos que a causa é a matéria e o substrato. Terceiro sentido, a causa é o princípio do movimento. Quarto e último, dizemos que causa é o oposto do último sentido, ou seja, é o fim e o bem, pois o bem é o fim da geração de todo movimento.

Visto que conhecer as causas é conhecer os princípios e que somente aquele que é sábio possuidor da arte da sabedoria é também quem detém os princípios, fica aberta a questão de quais seriam esses princípios. Embora Aristóteles mencione se tratar das causas em *Metafísica* I.3, o filósofo não é claro se se trata de todas as quatro ou apenas algumas delas. Esse problema surge se compararmos o papel da causalidade na metafísica e na física aristotélica. Segundo a *Física*,

Dado que o estudo é em vista do conhecer, e dado que não julgamos conhecer cada coisa antes de aprendermos o porquê de cada uma (eis o que é aprender a causa primeira), é evidente que devemos fazer isso também no que concerne à geração e corrupção e toda mudança natural, de tal modo que, conhecendo seus princípios, tentemos reportar a eles cada um dos itens que investigam. Assim, de um modo, denomina-se “causa” o item imanente de que algo provém, por exemplo, o bronze da estátua e a prata da taça, bem como os gêneros dessas coisas; de outro modo, denomina-se “causa” a forma e o modelo, e isso é a definição do “aquilo que o ser é” e seus gêneros (por exemplo: da oitava, o “dois para um” e, em geral, a relação numérica), bem como as partes contidas na definição. Além disso, denomina-se “causa” aquilo de onde provém o começo primeiro da mudança ou do repouso, por exemplo, é causa aquele que deliberou, assim como o pai é causa da criança e, em geral, o produtor é causa do produzido e aquilo que efetua a mudança é causa daquilo que se muda. Além disso, denomina-se “causa” como o fim, ou seja, aquilo em vista de quê, por exemplo, do caminhar, a saúde; de fato, por que caminhar? Dizemos “a fim de que tenha saúde” e,

assim dizendo, julgamos ter dado a causa. Também se denomina “causa”, tudo que uma outra coisa tendo iniciado o movimento, vem a ser intermediário para o fim, por exemplo, da saúde o emagrecimento, a purgação, as drogas ou os instrumentos: todos esses itens são em vista do fim, mas diferentes entre si porque uns são operações, outros são instrumentos (*Física* II.3 194b16-23; trad. Angioni).

Na obra *Física* II.3, é possível localizar os mesmos tipos de causa encontrados na *Metafísica* I.3. Contudo, na *Física*, a discussão tem em vista os princípios dos movimentos dos seres naturais. Aristóteles apresenta quatro causas, a saber, (i) a causa material, sendo aquilo de que são feitas, as coisas: por exemplo, o bronze da estátua, a prata da taça; (ii) a causa formal, sendo o que o ser é, ou seja, a forma expressa pela definição, por exemplo, na oitava a causa formal é a relação de dois para um; (iii) a causa eficiente significa aquilo a partir de que ou o princípio primeiro da mudança ou do repouso, por exemplo, quem tomou uma decisão é causa, o pai é causa do filho; (iiii) a causa final significa o em vista de que ou o propósito, por exemplo, o propósito de caminhar é a saúde.

1.6 Características gerais desta ciência

De forma geral, dentre os conhecimentos enumerados no livro I, temos a sensação, a experiência, a técnica e a sabedoria ou ciência primeira. A sensação, por vezes, é o conhecimento comum a todos já que, por natureza, os animais são seres dotados de sensação, embora não sejam dotados de racionalidade. Aristóteles julga que a sensação não é nenhum tipo de sabedoria, pois não diz o porquê de algo acontecer. A experiência aqui é proveniente da memória em *Metafísica* 1.1 980b287, ela basicamente é notada quando a experiência se reconhece em sua memória, e com a memória se nota a diferença dos seres humanos e dos animais.

Destinada ao sábio, a ciência é colocada no topo da hierarquia uma vez que implica domínio das causas e princípios. No segundo capítulo do livro I, foi visto que o sábio é aquele que conhece todas as coisas, não qualquer coisa, mas as mais difíceis, além de sábio é aquele que consegue ensinar, já que conhece a causa.

Concebemos, primeiramente, que um sábio conhece tudo, na medida do possível, sem ter conhecimento de cada coisa particular. Em seguida, consideramos sábio aquele que é capaz de conhecer coisas difíceis, isto é, que não são fáceis de conhecer para o homem comum (o sentir é comum a todos e, por isso, é fácil e não é “sábio”). Além disso, no que respeita a qualquer conhecimento, consideramos ser mais sábio aquele que é mais exato e que tem maior capacidade de ensinar as causas. E, entre as ciências, consideramos ser a sabedoria antes aquela que é escolhida em vista de si mesma e graças ao saber, de preferência àquela que é escolhida em vista dos resultados; e consideramos ser a sabedoria antes a que comanda, mais do que a subordinada. (*Metafísica* I.1, 982a8-10; trad. Angioni, 2008 p. 11).

A sabedoria, então, é considerada a ciência teórica mais importante que o homem pode ter, por ser mais completa. Ela é composta pelos princípios primeiros e causas. Assim, o sábio não é comandado e a sabedoria não é subordinada a nenhum outro conhecimento, sendo, portanto, a ciência da verdade.

Também é correto denominar a filosofia primeira como "ciência da verdade". O fim da ciência teórica é a verdade, e, da ciência prática, é a ação. De fato, se os que sabem agir também investigam de que modo as coisas se dão, estudam-nas não como eternas, mas em relação a algo e agora. (*Metafísica* II.1 993b 19; trad. Angioni, 2008, p. 33).

Capítulo Segundo: Sobre as ciências teóricas (física, matemática e ciência divina)

No capítulo anterior, a pesquisa teve como norte o livro I da *Metafísica*, contando com apoio de algumas passagens dos livros *De anima*, *Ética a Nicômaco*, e *Física*. A pesquisa teve como propósito investigar a caracterização da sabedoria como uma ciência das causas primeiras. Foi constatado, então, que todos os homens, sem distinção, estão propensos a conhecer, mas nem todos podem ser ditos sábios.

Assim, foi abordada a diferença entre ciência, experiência e técnica. A experiência e a técnica em muito não se diferem, ao passo que aquele que conhece a ciência se destaca, ou seja, aquele que é sábio e que conhece as causas e seus porquês.

A investigação, neste capítulo, pretende caminhar na direção de distinguir os tipos de ciência teórica uma vez que a sabedoria se encontra no domínio das ciências puramente especulativas. Para isso, a análise se fundamenta no livro VI da *Metafísica*, no qual Aristóteles apresenta a distinção entre as ciências a partir do objeto de investigação próprio a cada uma delas. Será apresentada, ainda que brevemente, a relação entre a filosofia primeira e os seres/entes enquanto tais.

2.1 Ciência dos entes

Segundo Dutra e Ibertis (2003, p. 16), no início da obra, é mostrada a definição de filosofia primeira como ciência das causas e dos primeiros princípios, seguindo para o livro IV, onde a definição é de ciência do ente/ser enquanto ente/ser e dos atributos que lhe pertence e, por consequência, a definição de ciência da substância.

Segundo a análise de Angioni do vocabulário aristotélico sobre o ente:

Em Aristóteles, de maneira geral, ente (o)/n), em sua acepção mais imediata e ampla, designa indiscriminada e

indiferentemente tudo o que é, recobrindo tanto o domínio do inteligível formal como o domínio das realidades sensíveis deste mundo. Por outro lado, sabemos que ente (o)/n se diz em quatro acepções, apresentadas no capítulo 7 do livro D (V) e recapituladas no capítulo 2 do livro E (VI) da *Metafísica*: a saber, ente como acidente, ente como verdadeiro, ente como potência e ato, e, enfim, o ente que se divide nas figuras das categorias. Ora, não podemos, nos limites desta apresentação, oferecer uma análise detalhada desses diversos sentidos: vamos nos ater, assim, somente a esse último, o das categorias, que é o que mais nos convém para tornar manifesta a diferença entre os dois filósofos. (ANGIONI, 1997, p. 141)

Neste sentido, há uma ciência que se dedica a estudar o ente enquanto ente e os atributos que ele carrega consigo, ou seja, suas especificidades ou características. Esta ciência não é parecida com nenhuma ciência particular, pois nenhuma outra ciência estuda o ente de modo universal. As demais ciências estudam a respeito de um tipo particular de ente como, por exemplo, as ciências matemáticas que investigam os entes matemáticos.

Assim, se a busca é dedicada a procurar pelas causas primeiras e princípios, necessariamente eles devem pertencer a uma natureza que contém em si mesmo esta singularidade. Deste modo, os que estão buscando as causas dos entes estariam buscando estes princípios. Tais causas deveriam, por exclusividade, pertencer ao ente, não por concomitância, mas enquanto ele é ente. Neste sentido, é preciso também apreender as causas primeiras do ente enquanto ente.

2.2 Sobre os entes e seus princípios

Segundo o livro IV da *Metafísica*, o ente é dito de diversos modos, mas todos os modos se dão em relação a uma única natureza, por exemplo, o que é saudável em relação à saúde, ou o medicinal em relação à medicina.

Ente se diz de muitas maneiras, mas em relação a algo único e a uma natureza única, isto é, não de maneira homônima, mas, assim como tudo que é saudável denomina-se desse modo em relação à saúde- tal coisa por preservá-la, tal outra, por

conduzi-la, tal outra, por ser sinal à saúde, tal outra, por ser capaz de recebê-la -, também o “medicinal”, em relação à medicina (com efeito, tal coisa se diz “medicina” por possuir a medicina, outra por ser naturalmente bem dotada para ela, outra, por ser operação dela), e poderíamos tomar também outras coisas que se denominam de maneira semelhante a esses casos - do mesmo modo, também o ente se diz de várias maneiras, mas tudo que é ente assim se denomina em relação a um único princípio (*Metafísica* IV.1 1003a 33-10; trad. Angioni, 2003, p. 13)

Ente designa o significado de algo único em natureza ou essência, não de forma homônima, ou seja, não estamos falando de uma homonímia onde uma palavra tem vários significados distintos. Todas as diferentes maneiras de dizer “ente” estão relacionadas a um princípio fundamental. Assim como saudável designa seus variados significados, seja pela parte que conduz a saúde ou pela parte que é capaz de receber a saúde. Em suma, tudo que é ente se denomina em relação a um único princípio.

Assim, para cada gênero de ente, ele pode ser aplicado a uma pluralidade de objetos. No entanto, as mudanças nos sentidos ocorrem de um gênero para outro. A preocupação da argumentação do filósofo é demonstrar que existe uma ciência unificada, a ciência do ser ou do um, da mesma forma que o conceito de ente consegue unificar tantas espécies quanto as que existem no próprio conceito de ente.

Sendo assim, vemos que o ente é dito de muitos modos, mas sempre denominado em relação a um único princípio. Algumas coisas poderemos dizer que são entes porque são substância, outras por serem afecções da substância, corrupções da substância, privação da substância, etc. Até mesmo a negação de algum desses sentidos citados; dizer sobre os opostos da substância é dizer de um não-ente.

Retomando o exemplo do saudável da passagem acima, dentre os vários sentidos que podemos dar para o que é saudável, existe uma técnica una; o que é válido também para quaisquer outros exemplos que usarmos, não apenas no sentido que são em relação a uma única coisa, mas também para as características que a denominam com relação a uma única natureza. Aplicando a análise à sabedoria, de fato, existe uma ciência una já os entes se denominam de acordo com uma só

noção, cabendo, então, a uma ciência estudar os entes enquanto são entes. Como para todo gênero que é único existe uma ciência única, a partir do momento que uma ciência estuda todas as formas do ente enquanto ente e as espécies ou concomitâncias dessa forma, ela se torna uma ciência unificada em seu gênero

Em todos os casos, a ciência é predominantemente do primeiro item, isto é, daquilo que os demais dependem, e daquilo através de que se denominam. Ora, se isto é a essência, é preciso que o filósofo detenha os princípios e as causas das essências. De todo gênero único, há uma ciência única (bem como uma percepção única); por exemplo: a "ciência da escrita", sendo uma só, estuda todas as vozes. Por isso, também compete a uma ciência única em gênero estudar todas as formas do ente enquanto ente, bem como as espécies dessas formas [...] (*Metafísica* IV.2 1003b16a-b19; trad. Angioni, 2003, p. 14).

O um e o ente não se distinguem em nenhuma parte já que são considerados de forma igual no sentido em que a substância de cada ser é algo único por precisamente ser o que o é. Adiante consta que as formas do ente são várias e são precisamente as do um, compelindo a uma ciência genericamente idêntica estudar o "o que é" a respeito do mesmo. A investigação se direciona aos princípios e causas dos entes enquanto entes, buscando questionar se haveria uma causa capaz de relacionar todos os entes que são objeto de investigação de uma mesma ciência demonstrativa.

Evidentemente, estão sendo procurados os princípios e as causas dos entes enquanto entes. De fato, há uma causa da saúde e do bem-estar; mas também das coisas matemáticas há princípios, elementos e causas; em geral toda ciência raciocinativa ou que compartilha do raciocínio diz respeito a causas e princípios, sejam eles mais exatos ou mais simples. (*Metafísica* VI.1 1025b3-5; trad. Angioni, 2003, p. 35)

Conforme indicado na passagem, todas as ciências raciocinativas acabam por se restringir a algum gênero do ente e focam investigação nos seus princípios como, por exemplo, a aritmética ou geometria. Essa restrição no escopo de cada investigação as afasta do ente enquanto ente e não oferece qualquer explicação sobre 'o que é' de modo geral. Em vez disso, baseiam-se unicamente em demonstrar

elementos atribuíveis ao seu próprio gênero. Contudo, é crucial destacar que, se todas essas abordagens científicas continuassem restritas a um tipo específico de causa, não haverá uma demonstração da substância ou uma compreensão do 'o que é' em geral.

a ciência demonstrativa nada mais é do que uma das formas pela qual esta passagem se dá, e que consiste na apreensão de αἰτία. Entretanto, como notou Patzig (1981, p. 141), o significado de “αἰτία” transita entre aquilo que poderíamos denominar “causa” ou “fundamento do conhecer” (“Erkenntnisgrund”) e aquilo que chamamos “causa real”, i.e. “causa” ou “fundamento do ser” (“Realgrund”) (ZUPOLLINI, 2014, p. 9)

2.3 Distinção entre as ciências teóricas

Conforme apontado por Martins (2006, p. 56), a ciência da sabedoria se distingue das demais disciplinas, nomeadamente a ciência da natureza e a matemática. Em uma seção específica do livro IV, “a investigação concentra-se em estabelecer o *status* de cada uma dessas disciplinas no contexto da pesquisa metafísica. Isso é abordado a partir de três coordenadas fundamentais: os conceitos das ciências, os conceitos das substâncias e os princípios das substâncias”. Assim, esta ciência não pode ser considerada uma ciência prática muito menos vem a ser uma ciência produtiva, pois o que vem a ser produzido tem sua origem no próprio produtor por inteligência, técnica ou outra capacidade, mas é algo que gera algo diferente do próprio produtor. Outro motivo é que o princípio de algo ser produzido, como dito, é o próprio agente, mas a escolha de realizar, no entanto, é algo suscetível de se fazer ou não. Necessariamente, se todo conhecimento é prático, produtivo ou teórico, a ciência da natureza tem de ser teórica uma vez que ela se dá, não em vista de outra coisa, mas de atualizar a própria capacidade humana de conhecer.

Neste momento da investigação, buscamos a diferenciação das ciências teóricas, sobre o que cada uma se dedica e como a mesma demonstra seus princípios, assim como as ciências demonstram princípios, estudar “aquilo que o

ser é” é estudar um princípio. A primeira ciência teórica a ser analisada é a física ou ciência da natureza.

A ciência da natureza investiga uma parte do ente ou da substância, na qual é possível localizar princípios de movimento e repouso de modo não accidental. Ou seja, sua própria substância é capaz de proporcionar este princípio de movimento e repouso por si mesma ou pela forma que ela contém, não pela matéria. Segundo a *Física II.1*,

Entre os entes, uns são por natureza, outros são por outras causas; por natureza são os animais e suas partes, bem como as plantas e os corpos simples, isto é, terra, fogo, ar e água (de fato, dizemos que essas e tais coisas são por natureza), e todos eles se manifestam diferentes em comparação com os que não se constituem por natureza, pois cada um deles tem em si mesmo princípio de movimento e repouso [...] (*Física II.1* 192b8; trad. Angioni, 2009, p. 43)

Dada a caracterização das substâncias naturais apresentada por Aristóteles na passagem, vemos que a ciência da natureza se debruça sobre um gênero do ente, os que são por natureza. O seu tipo de substância é aquele no qual está contido o princípio de movimento e repouso. Assim, ela não se classifica como uma ciência prática e menos ainda produtiva, como dito anteriormente, dado que os seres próprios a essas duas ciências se enquadraram nos seres que são por outras causas. O princípio de algo fabricado está no agente que o fabrica e, por acidente, na matéria que o constitui. Portanto, reafirmando que todo conhecimento é prático, produtivo ou teórico, a ciência da natureza há de ser teórica.

Assim, por essas considerações, é evidente que a ciência da natureza é teórica. Mas também a matemática é uma ciência teórica. Mas, embora não seja ainda evidente se ela diz respeito a entes imóveis e separados, é evidente que algumas matemáticas estudam coisas enquanto imóveis e enquanto separadas. (*Metafísica VI.I* 1026a6; trad. Angioni, 2003, p. 36)

Tendo em conta as considerações desta passagem, podemos dizer que a ciência da natureza é teórica, assim como também a matemática. Contudo, ainda não possuímos evidências para dizer se, como apontado na passagem, qual o papel

dos entes imóveis e separados na investigação matemática já que algumas ciências matemáticas estudam as coisas enquanto imóveis e enquanto separadas.

Temos assim, a linha de raciocínio para estabelecer a distinção das ciências teóricas. A ciência da natureza trata das substâncias e dos seres inseparáveis e móveis. A matemática trata da substância e dos seres separáveis pelo pensamento e imóveis já que, em alguns ramos da matemática, os seres são possuidores de matéria como, por exemplo, na ótica e na astronomia. E a terceira ciência sendo a sabedoria que trata da substância separada e imóvel.

A exatidão matemática não deve ser requisitada em tudo, mas apenas nas coisas que não possuem matéria. Por isso, o modo não é natural, pois toda natureza tem matéria. Assim, deve-se examinar, primeiramente, o que é a natureza, pois, desse modo, se elucidará sobre quais coisas é a ciência da natureza, (assim como se elucidará se estudar as causas e princípios compete a uma única ciência, ou a várias). (*Metafísica* II.3 994b31-20; trad. Angioni, p. 36-7)

A problemática em volta da ciência da natureza é que ela, por hora, poderia adquirir o posto de filosofia primeira, estando acima das ciências matemáticas, pois ela investiga a natureza da substância sensível enquanto composto de matéria e forma. Por este detalhe, a dizer, pela relação com a matéria, é possível notar que a ciência da natureza não investiga seres abstratos, pois trata de compostos hilemórficos em movimento enquanto a matemática trata dos seres sem movimento uma vez que eles estão, no pensamento, separados da matéria.

Mas se existe algo eterno, imóvel e separado, é evidente que o conhecimento dele caberá a uma ciência teórica, não, porém à física, porque a física se ocupa de tudo que se encontra em movimento, nem à matemática, mas a uma ciência anterior a ambas. De fato, a física refere-se às realidades não separadas, mas não imóveis; algumas das ciências matemáticas referem-se aos imóveis, porém não separados, mas na matéria; ao contrário, a filosofia primeira é sobre os entes separados e imóveis (*Metafísica* VI.1 1025b1-1026a32; trad. Reale, p. 268-73; Angioni, p. 36-37)

Entretanto, segundo Martins (2009, p. 65), o que falta à ciência da natureza para se tornar a filosofia primeira, mesma que possua princípio de movimento, é a falta da universalidade quanto ao ser em geral. A sabedoria não é da ordem do sensível, pois, conforme *Metafísica* VI.1, trata do que existe completamente separado da matéria. Assim, como veremos em *Metafísica* XII, há os seres incorruptíveis, os quais são eternos, como no caso os corpos celestes, competindo a uma ciência investigar os princípios destes seres ao contrário da ciência da natureza à qual pertencem os seres corruptíveis.

As partes da filosofia são tantas quantas são as substâncias [essências]; conseqüentemente, é necessário que entre elas exista uma que seja primeira e outra que seja segunda. De fato, o ser/ente (assim como o um) é dividido em gêneros e por esta razão as ciências se distinguem segundo a distinção desses gêneros. O filósofo é como o matemático: de fato, também a matemática tem partes, e destas uma é primeira e a outra é segunda, e as restantes na seqüência [...] (*Metafísica* IV.1 1004a2-8; trad. Angioni, p. 15)

Para além destas ciências que trabalham com o sensível, temos a sabedoria que é uma ciência teórica. Martins (2009, p. 55-56) diz que Aristóteles mostra a necessidade de haver esta outra ciência que trabalha além do sensível. Caso não houvesse outra substância além da constituída pela natureza, a física seria uma filosofia primeira ou ciência primeira. Contudo, por existir esta substância imóvel, essa substância é anterior e, por isso, considerada em relação o ente enquanto ente. Assim, uma das hipóteses postas por Aristóteles na *Metafísica* VI.1 é que a ciência primeira é ciência do ser imóvel, pois este atributo está contido em sua essência.

Portanto, se existe algo eterno, imóvel, contínuo e separado é competência exclusiva e absoluta de uma ciência teórica conhecê-lo, não da ciência da natureza já que esta trata a respeito de certas coisas que se movem, nem mesmo da matemática, mas outra anterior a elas. A ciência da natureza estará a cargo das coisas não separadas e não imóveis. A matemática diz respeito a coisas imóveis, porém igualmente não separadas, contendo existência na matéria. Para o filósofo, a matemática adquire o estatuto de intermediária na medida em que alguns ramos estudam os seres sensíveis (astronomia e ótica).

Segundo a *Metafísica* IV.1, a ciência primeira é aquela que diz respeito a coisas separadas e imóveis, aquela que estuda o ente enquanto ente. É importante que todas as causas sejam eternas, mas sobretudo as da ciência primeira, pois elas são princípios universais, retomados sempre por si mesmos dada a sua natureza elevada. Deste modo, o filósofo conclui que, em consequência, teríamos três filosofias teóricas:

Consequentemente, seriam três as filosofias teóricas: a matemática, a ciência da natureza e a teologia (pois é evidente que, se o divino se encontra em alguma parte, encontra-se nesse tipo de natureza) é preciso que a mais valiosa seja a respeito do gênero mais valioso. Assim, as ciências teóricas são mais dignas de escolha do que as outras e, entre as teóricas, é esta que é a mais digna de escolha. (*Metafísica* IV.I 1026a18; trad. Angioni, 2003, p. 36)

Compreendemos, então, que existem três filosofias teóricas: a matemática, a ciência da natureza e a teologia, pois se o divino se encontrar em alguma parte, encontramos neste tipo de natureza. Portanto, é necessário que a mais valiosa das filosofias seja a respeito do gênero mais valioso. Afirma o filósofo “assim, as ciências teóricas são mais dignas de escolha do que as outras e, entre as teóricas, é esta que é a mais digna de escolha”. Entendemos, assim, que as ciências teóricas são mais dignas de escolha do que as demais. Podemos perceber, nesta afirmação, que o filósofo se utiliza da comparação entre as ciências teóricas para demonstrar algo de grande importância. Sendo assim, dentre as ciências teóricas, a ciência primeira ou teologia é a mais digna de escolha.

A teologia identifica-se assim com a filosofia primeira e neste sentido ela adquire o estatuto de justaposição relativamente à filosofia primeira, na medida em que, a ciência primeira e universal é aquela que trata da substância imóvel, e por isso, é anterior à substância sensível que é objeto da física, enquanto ciência dos seres móveis. O que falta à física para ser uma filosofia primeira é o fato de ser separada e de ser imóvel, ainda que contenha em si o princípio da sua mobilidade. O que à física para ser a filosofia primeira e por isso do ser em geral, é o fato de que existe uma outra substância que não é da ordem do sensível e que, portanto, existe completamente separada da matéria. Ao contrário à física pertencem quer os seres sensíveis corruptíveis, quer os seres sensíveis incorruptíveis, como é o caso dos corpos celestes [...] (MARTINS, 2006, p. 62)

É possível que alguém formule o seguinte problema: a filosofia primeira trata do universal ou diz respeito a algum gênero e alguma natureza única? Não seria errôneo este tipo de questionamento dado que nem mesmo nas matemáticas há um mesmo tipo de ser, como no caso da geometria que é de certa natureza ou como a astronomia. Porém, o universal é comum a todas. Se não houver a possibilidade de outra ciência se constituir para além da natureza, a ciência da natureza seria a ciência primeira. Contudo, se há uma essência imóvel, a ciência sobre ela seria anterior à natureza e mais universal. Deste modo, ela seria primeira. A ela estaria a responsabilidade de estudar a respeito do ente enquanto ente, tanto o que ele é, como aquilo que se lhe atribui enquanto ente.

Capítulo Terceiro: Sobre as substâncias imóveis

Será construído, neste capítulo, uma espécie de trajeto argumentativo seguindo a ordem expositiva do livro XII da *Metafísica*, no qual o filósofo demonstra a existência de uma substância eterna e imóvel. Contudo, antes desta exposição é preciso um regresso ao capítulo anterior, onde foram expostas quais ciências (matemática, física e divina) se dedicam a cada substância (objetos matemáticos, substâncias naturais e substâncias eternas/divinas) e que, dentre as ciências, apenas uma é a ciência primeira. Antes de discorrer sobre esta substância que, dentre as demais, é a primeira, serão discutidos os tipos de movimento (o retilíneo e circular). O movimento circular será usado como parâmetro para a análise da substância eterna, uma vez que, segundo o filósofo, no movimento circular, não são admitidos opostos; o que ocorre com o movimento retilíneo. Desta forma, por ser delimitado por extremos opostos que o limitam, não é possível que o movimento retilíneo seja eterno.

A investigação no capítulo anterior tinha como pretensão analisar e trazer algumas informações iniciais a respeito da existência de outra causa, a substância imóvel e eterna. Para isso, foi realizado um mapeamento dos livros IV e VI com o auxílio de algumas passagens da *Física* e de alguns estudos. A pesquisa partiu do princípio que há uma ciência que estuda o ente enquanto ente e seus atributos de forma universal, esta ciência não é parecida com nenhuma outra ciência teórica particular já existente. Assim, nenhuma das ciências teóricas consideradas, a dizer,

ciência da natureza e matemática, estuda o ente e seus atributos. A sabedoria ou filosofia primeira é diferente das demais, pois parte do ente tomado de modo universal, investigando seus próprios princípios e causas. As demais ciências acabam, assim, por se restringir a algum gênero do ente (os seres naturais ou os objetos matemáticos).

3.1 Os tipos de substância

O filósofo inicia o livro XII dizendo que a investigação tratará da substância e dos princípios e causas da substância uma vez assumido que o ente é como um todo e a substância sua principal parte.

Este estudo é sobre a essência [substância]: procuram-se os princípios e as causas das essências. De fato, se tudo existe como um certo todo, a essência é a parte principal; se tudo existe em sequência, também assim a essência é o primeiro, em seguida, o de certa qualidade, depois, o de certa quantidade. Ao mesmo tempo, estes últimos, por assim dizer, nem sequer são entes sem mais, mas qualidades e movimentos, ou, do contrário, também seriam entes sem mais o não-branco e o não-retilíneo, pois, certamente, dizemos que tais coisas são, por exemplo, “é não-branco”. Além disso, nenhum dos demais entes é separado.” (*Metafísica* XII.1 1069a18-25; trad. Angioni, 2005. p. 201)

Assim, na hierarquia, a substância vem em primeiro lugar, depois as suas características como, por exemplo, ser de certa qualidade e de certa quantidade. A quantidade e a qualidade não consideramos entes em si, pois, segundo a passagem, esses elementos são características em vez de serem entidades independentes. Isso supõe que eles não existam por si mesmo e, para sustentar essa argumentação, encontram-se os exemplos de “não branco” e “não retilíneo”. Nestes casos, se tomamos “não branco” e “não retilíneo” como substâncias, eles também deveriam ser considerados independentes, contudo, isto é absurdo, pois usamos o “não branco” ou “não retilíneo” como característica de outras coisas. Eles são ditos atributos da substância ou categorias da substância.

São três as essências: uma é sensível - desta, uma é eterna, outra perecível, a qual todos admitem, por exemplo, as plantas e os animais - cujos elementos é necessário apreender se são um ou muitos. Outra essência é não suscetível de movimento, e está, alguns dizem que existe separadamente, uns dividindo-a em duas, outros, considerando as Formas e as coisas matemáticas como uma única natureza, outros, enfim, considerando apenas as coisas matemáticas. (*Metáfisica* XII.1 1069a 30; trad. Angioni, 2005. p. 203)

Assim, após explicar a prioridade da substância frente às outras categorias, Aristóteles passa à descrição dos dois tipos: uma substância sensível e uma substância imóvel. O primeiro tipo de substância, a substância sensível se subdivide em substância corruptível e substância eterna, tratando-se das substâncias constituídas de matéria e que se movem. No caso da substância perecível, os exemplos dados são as plantas e os animais, nos quais é necessário apreender se são constituídos de muitos elementos ou apenas um. Elas tendem ao movimento e ao repouso provenientes dos opostos relativos aos elementos materiais que as constituem. O segundo tipo de substância sensível, a substância eterna, diz respeito a uma substância também suscetível de movimento. O terceiro tipo, a substância imóvel, a qual será objeto de investigação deste capítulo, distingue-se das demais dado que elas não são suscetíveis de qualquer tipo de destruição.

Dado que eram três as substâncias, duas naturais e outra não suscetível de movimento, a respeito desta última, devemos dizer que, necessariamente, ela é uma substância não suscetível de movimento e eterna. De fato, as substâncias são primeiras entre os entes, e se todas elas fossem suscetíveis de destruição, tudo seria suscetível de destruição. (*Metafísica* XII.6 1071b 3; trad. Angioni, 2005. p. 208)

Portanto, a passagem acima visa discutir os três tipos de substâncias e nota-se um enfoque na questão das substâncias não suscetíveis de movimento. Nela, não se encontra alteração alguma. Por isso, alguns acreditavam que ela poderia existir de forma separada e outros costumavam dividi-la em duas partes, considerando também as formas. Outros, por fim, identificaram-nas com aquilo que está no campo da matemática, “alguns dizem que existe separadamente, uns,

dividindo-a em duas, outros, considerando as Formas e as coisas matemáticas como uma natureza única, outros considerando apenas as coisas matemáticas” (*Metafísica* XII.6 1069a30).

Na passagem supracitada, o filósofo fornece mais informações a respeito das substâncias mencionadas no início do livro XII. Vemos que, embora divididas em dois tipos, as substâncias são três: duas delas naturais e uma outra que não é suscetível de movimento. A respeito dos corpos celestes e desta última substância, é compreendido que elas são substâncias eternas. Isso porque é impossível que o movimento circular dos corpos celestes passe a existir ou deixe de existir, pois é algo que sempre existiu. Portanto, este tipo de movimento é contínuo, assim como o tempo, a medida do movimento.

Conforme o livro VI da *Física*, apenas o movimento local é contínuo e, dentre os tipos de movimento local, o movimento circular. Para negar que o movimento circular é comparável ao movimento retilíneo, Aristóteles afirma que, caso fossem comparáveis, eles possuiriam a mesma velocidade e o mesmo tempo. Assim, estaríamos afirmando que a distância que o movimento circular percorre e o tempo que mede o movimento de percorrer tal distância seria o mesmo que um dado movimento retilíneo. Porém, na realidade, isto não é possível uma vez que o movimento circular eterno não pode ser delimitado. Trata-se de classes distintas e incomparáveis:

Pode perguntar-se se um movimento é comparável a outro movimento ou não. Ora, se todos os movimentos fossem comparáveis entre si, e se disséssemos que duas coisas se movem à mesma velocidade quando em igual tempo se movem numa distância igual, então uma distância circular poderia ser igual ou maior ou menor do que uma linha reta. Além disso, uma alteração seria igual a um movimento local, se em igual tempo uma coisa tivesse sido alterada e a outra deslocada; um afeto seria então igual a um comprimento. Mas isto é impossível: não é antes o caso de duas coisas em movimento se moverem à mesma velocidade apenas se os seus movimentos forem iguais? Ora, um afeto não é igual a um comprimento. Então uma alteração não pode ser igual ou inferior a um movimento local; conseqüentemente, nem todo o movimento é comparável a

qualquer outro movimento⁴. (*Física* VII.6; trad. Echandía, 1995, p. 311)

Retornando ao livro XII.1 da *Metafísica*, se algo produz ou propicia o movimento e não se encontra em ato, poderia ocorrer de não haver o movimento, pois o que possui esta capacidade de causar o movimento não estaria em ato. Deste modo, é possível dizer que a distinção entre a substância natural eterna e a substância imóvel visa estabelecer uma relação que garanta que o movimento da substância natural eterna sempre ocorra. Seria problemático para o filósofo conceber substâncias eternas se, junto a elas, não houvesse um princípio responsável por causar tal movimento.

Além disso, é preciso entender que tal princípio não seria suficiente se ele não estivesse em ato, mas em potência. Isso porque o movimento não seria eterno e nem mesmo haveria o movimento uma vez que algo em potência é aquilo que ainda não é em ato. Por fim, é necessário um princípio cuja substância seja ato, que não possua matéria, pois é necessário que seja eterna.

Tal como foi dito no capítulo anterior, a distinção entre os sujeitos de investigação da natureza, da matemática e da sabedoria fundamenta-se justamente na relação com a matéria e o movimento. Na física, a ênfase recai sobre a substância formal, sem, no entanto, separá-la da matéria, enquanto a matemática se ocupa dos seres imóveis, mas, materiais. A ciência da natureza está inserida em uma parte do ente, em cuja substância é possível localizar princípios de movimento e repouso, ou seja, sua própria substância é capaz de proporcionar este princípio de movimento e repouso.

⁴ “Cabe preguntarse si cualquier movimiento es comparable con cualquier otro o no. Ahora bien, si todos los movimientos fuesen comparables entre sí, y si decimos que dos cosas se mueven a la misma velocidad cuando en un tiempo igual se mueven sobre una distancia igual, entonces una distancia circular podría ser igual o mayor o menor que una recta. Además, una alteración sería igual que un movimiento local, si en un tiempo igual una cosa se hubiese alterado y la otra desplazado; una afección sería entonces igual a una longitud. Pero esto es imposible. ¿No ocurre más bien que dos cosas en movimiento se mueven a igual velocidad sólo en el caso de que sus movimientos sean iguales? Ahora una afección no es igual a una longitud. Luego una alteración no puede ser igual o menor que un movimiento local; por consiguiente, no todo movimiento es comparable con cualquier otro”

Conforme Aristóteles indica em *Física* VIII.6, se o movimento é eterno, o primeiro motor também é eterno. Se houver mais de um, haverá uma pluralidade de movimentos eternos.

Portanto, se o movimento é eterno, o primeiro motor, se for um, também será eterno; e se houver mais de um, haverá uma pluralidade de tais movimentos eternos. Mas é preciso pensar que é antes um do que muitos, ou finito do que infinito. Porque, quando as conseqüências são as mesmas, devemos sempre supor que as causas são finitas e não infinitas, já que nas coisas naturais o finito e o melhor devem, quando possível, prevalecer sobre seus opostos. E é suficiente que haja apenas um motor, o primeiro dos imóveis, que, sendo eterno, será para todas as outras coisas o princípio do movimento.⁵ (*Física* VIII.6, Trad. Echandía, 1995, p. 295)

A passagem acima visa discutir sobre a eternidade do movimento e a existência do primeiro motor. Se o movimento é eterno, necessariamente o primeiro motor, se apenas um, tem de ser eterno. Caso tenha mais de um motor, ocorre uma pluralidade de movimentos eternos. A ideia é que seja finito, pois supor que seja infinito é supor que as causas sejam infinitas. Deste modo, deve haver um motor imóvel e eterno, sendo o princípio do movimento para todas as coisas. Barnes (2009, p. 149) complementa mostrando que:

Esses motores são substâncias. Eles têm de ser incorpóreos, sem partes e indivisíveis. Eles não podem, portanto, comunicar o movimento empurrando ou chocando. Antes, eles causam o movimento da maneira como os objetos de desejo causam movimento (*Met* XII. 7, 1072a26-32). Como objetos últimos de desejo, eles têm de ser bons. Além disso, são capazes de pensar – com efeito eles pensam constantemente. (BARNES, 2009, p. 149)

⁵ “Por lo tanto, si el movimiento es eterno, el primer moviente, si es uno, será también eterno; y si son más de uno, habrá una pluralidad de tales movimientos eternos. Pero hay que pensar que es más bien uno que muchos, o finitos más bien que infinitos. Pues, cuando las consecuencias son las mismas, tenemos que suponer siempre que las causas son finitas más bien que infinitas, puesto que en las cosas naturales lo finito y lo mejor ha de prevalecer, cuando es posible, sobre sus opuestos. Y es suficiente que haya un único moviente, el primero de los inmóviles, que al ser eterno será para todas las demás cosas el principio del movimiento.”

Em *Metafísica* XII.2-3, Aristóteles afirma que, para alguns filósofos, sempre houve movimento. Contudo, eles não nos dizem qual movimento, nem conseguem apontar a causa que justifique tal tipo de movimento. Os candidatos à princípio do movimento conforme a tradição filosófica seriam os contrários, a matéria e a forma.

A crítica aristotélica aos autores que apontam tais seres como causa ou princípio de movimento parte do fato de que eles se limitaram ao âmbito da investigação da natureza. A matéria e a forma são os princípios de movimento e repouso das substâncias naturais. No entanto, elas não explicam um tipo específico de movimento, a dizer, o movimento circular das substâncias eternas.

3.2 As substâncias eternas e o movimento circular

Dado que há um tipo de substância que está em movimento incessante e este movimento é o circular, conseqüentemente os céus vêm a ser eternos. Como foi apontado anteriormente, para que tenhamos garantia dessa eternidade, é preciso que haja algo que cause este tipo de movimento.

Segundo a *Física* VIII.8, todo movimento tem de ser circular, retilíneo ou uma mistura de ambos. Deste modo, se nenhum dos dois (circular e retilíneo) for contínuo, aquele que é constituído pelos dois movimentos também não poderá ser. Assim, se o movimento de uma coisa é retilíneo e finito, então não é contínuo, pois se desenvolve em linha reta, movendo-se pelos seus contrários uma vez que ele se dá para cima ou para baixo, para a direita ou para a esquerda, os quais são opostos. Um sinal de que o movimento de A em direção a B é o oposto do movimento de B em direção a A é fato de que, se ambos ocorrerem simultaneamente, param e interrompem um ao outro.

Portanto, com exceção do movimento circular, todos os demais movimentos partem de um oposto a outro. Deste modo, na geração e na corrupção temos a passagem do não-ser ao ser ou do ser ao não-ser; e o mesmo se dá nas mudanças quantitativas e qualitativas com respeito ao aumento ou diminuição, à grandeza ou à pequenez, à perfeição ou imperfeição. Assim, os movimentos e mudanças de tal

natureza são entendidos no sentido que tendem aos opostos. Portanto, o que está mudando virá a ser até que alcance o seu oposto.

O movimento circular, por outro lado, é uno e contínuo; pois dele não decorre nenhuma impossibilidade, uma vez que o que é movido de A se moverá simultaneamente em direção a A pelo mesmo impulso, uma vez que se move em direção ao ponto ao qual deve chegar sem ter movimentos contrários ou contraditórios ao mesmo tempo. Pois nem todos os movimentos em direção a um ponto são contrários ou contraditórios com os que partem do mesmo ponto, mas apenas os movimentos em linha reta são contrários (uma vez que são então contrários entre si em relação ao lugar, como no caso dos movimentos em torno do diâmetro da circunferência, cujas extremidades estão à maior distância possível), e são contraditórios se forem movimentos em torno do mesmo comprimento. Consequentemente, nada impede que o movimento que estamos a considerar seja contínuo e não interrompido em algum momento; pois o movimento circular é um movimento de A para A, enquanto o movimento retilíneo é um movimento de A para outro lugar. Além disso, o movimento circular nunca está nos mesmos pontos, enquanto o movimento retilíneo está repetidamente nos mesmos pontos. E, portanto, um movimento que está sempre em pontos diferentes pode ser contínuo, mas um que está repetidamente nos mesmos pontos não pode [...]⁶ (*Física* VIII.8; trad. Echandía, 1995, p. 311)

Analisando as características do movimento circular em contraste com o movimento retilíneo, vemos que o movimento circular é único e contínuo, pois não ocorre nenhuma contradição intrínseca no movimento circular, ao contrário do movimento retilíneo.

No movimento circular, o objeto se move de um ponto A a outro ponto A de forma contínua, sem quaisquer interrupções, dado que não há movimentos opostos

⁶ “El movimiento circular, en cambio, es uno y continuo; porque ninguna imposibilidad se sigue de ello, ya que lo que es movido desde A se moverá simultáneamente hacia A por el mismo impulso, pues se mueve hacia el punto hacia el que ha de llegar sin tener movimientos contrarios ni contradictorios al mismo tiempo. Porque no todo movimiento que va hacia un punto es contrario o contradictorio al que proviene de ese mismo punto, sino que sólo son contrarios los movimientos en línea recta (ya que entonces son contrarios entre sí con respecto al lugar, como en el caso de los movimientos sobre el diámetro del círculo, cuyos extremos están a la mayor distancia posible), y son contradictorios si son movimientos sobre una misma longitud. Por consiguiente, nada impide que el movimiento que estamos considerando sea continuo y no se interrumpa en algún tiempo; pues el movimiento circular es un movimiento desde A hacia A, mientras que el rectilíneo es un movimiento desde A hacia otro lugar. Además, el movimiento circular nunca está en los mismos puntos, mientras que el movimiento rectilíneo está repetidamente en los mismos puntos. Y por lo tanto un movimiento que está en puntos siempre distintos puede ser continuo, pero el que está repetidamente en los mismos puntos no puede [...]”

ou contraditórios em seu caminho. Já os movimentos retilíneos admitem opostos, como objetos se movem em direções opostas ao longo de uma linha. Assim, o movimento circular é contínuo, enquanto o movimento retilíneo parte de um ponto A para outro lugar. Assim, se os movimentos retilíneos em direção opostas são contrários, é impossível uma coisa ter movimentos opostos ao mesmo tempo. O que se move de A para C não se pode mover simultaneamente de C para A. Como não se move simultaneamente em ambas as direções, é necessário que se mova até um limite extremo, até C, para, na sequência, realizar o movimento oposto até A. Desta forma, é possível notar que o movimento retilíneo não é contínuo, pois, em um dado momento, ele cessa e se inicia outro movimento.

Diferentemente, o movimento circular é uno e contínuo. Não decorre dele nenhuma impossibilidade, pois não há para ele movimentos contrários ou contraditórios. Assim, nem todo movimento que vai de um ponto A para um ponto C é contrário ou contraditório, apenas os movimentos em linha reta o são. O movimento circular nunca ocorre no mesmo ponto, ao passo que o movimento retilíneo ocorre repetidamente nos mesmos pontos. Portanto, o movimento que está sempre em pontos diferentes pode ser considerado contínuo, como é o caso da homogeneidade do movimento circular. Por exemplo, considere um círculo composto pelos pontos A, B e C, o movimento circular o percorre por todos os pontos, independente de qual ponto será o princípio de partida. Ele poderá começar em B, e assim por diante. A base da ideia é compreender que todos os pontos serão percorridos, independente de qual será o início.

Contudo, um movimento que ocorre repetidamente nos mesmos pontos não pode ser considerado contínuo, como é o caso do movimento retilíneo. Caso contrário, os movimentos exigiram a ocorrência simultânea de eventos contraditórios. No movimento retilíneo, os pontos podem ir de A a C e voltar de C a B, ou ainda, considerar que para o movimento retilíneo ocorrer é preciso a determinação inicial em algum ponto específico e, para que ocorra essa volta, ou seja, essa regressão dos movimentos contraditórios, é necessário que outro tipo de força seja aplicado para que ocorra esse movimento de regressão de um ponto C a B; o que não ocorre no movimento circular dado a sua continuidade.

Esta distinção também nos mostra que nenhum dos outros movimentos pode ser contínuo; pois em todos eles verificamos que os mesmos pontos têm de ser percorridos repetidamente; assim, numa alteração, os estágios intermédios, nas mudanças quantitativas, as magnitudes intermédias, e também na geração e destruição. E não há diferença em supor que os pontos intermédios sejam muitos ou poucos, nem em adicionar ou subtrair quaisquer pontos intermédios; em ambos os casos encontramos um movimento repetido através dos mesmos pontos.⁷ (*Física* VIII.8; trad, Echandía, 1995, p. 312)

Analisada pelo filósofo a continuidade no movimento e sua aplicação nos diferentes tipos de movimento, vemos que o movimento circular é contínuo, enquanto os tipos de movimentos retilíneos não o são. O filósofo demonstra que nos outros tipos de movimento retilíneo, como os de mudanças quantitativas, diferentes pontos precisam ser percorridos, não importa a quantidade de pontos intermediários. A questão é que, em todos os casos, há um movimento não contínuo por diferentes pontos.

Assim, retornando à *Metafísica* XII.7, aquilo que é movido no âmbito da natureza tem como finalidade propiciar algum tipo de movimento intermediário, uma vez que a causa que o move também é movida. Contudo, existe algo que causa movimento sem ser movido, podendo ser uma substância e uma atividade eterna e imóvel. É essa substância que Aristóteles chamara de movente imóvel. Assim, tal substância visa explicar o movimento circular dos corpos celestes.

Aristóteles argumenta que tudo que se move na natureza tem uma causa para esse movimento, essa causa pode estar ligada a algum tipo de movimento intermediário, onde a causa que inicia o movimento também é movida por outra causa, explicando assim o movimento dos objetos. No entanto, é vista a existência de algo que causa movimento sem ele próprio ser movido, sendo chamado como é de saber, de movente imóvel. Este movente imóvel é uma substância eterna e imóvel que exerce influência sobre os movimentos dos corpos celestes, sem ele próprio se mover.

⁷ “Esta distinción nos muestra también que ninguno de los otros movimientos puede ser continuo; pues en todos ellos encontramos que los mismos puntos han de ser recorridos una y otra vez; así, en una alteración las etapas intermedias, en los cambios cuantitativos las magnitudes intermedias, y del mismo modo en la generación y destrucción. Y no hay diferencia en suponer que los puntos intermedios son muchos o pocos, ni en añadir o quitar algún punto intermedio; en ambos casos encontramos un movimiento repetido a través de los mismos puntos.”

Embora seja algo vago no texto, esta influência pode ser pensada no âmbito do intelecto, pois o movente imóvel é dito intelecto e puro ato, ao passo que os demais corpos celestes não são em ato puro. A busca pela intelecção do movente imóvel os faz serem movidos. Portanto, as coisas se moveriam da seguinte forma se comparadas ao belo e ao objeto de desejo: aquilo que já possui uma inclinação e pode ser pensado, como a beleza e o desejo, é desejo porque parece belo. Porém, o objeto do desejo é inicialmente o que é verdadeiramente belo. É desejado por parecer belo, em vez de ser belo por ser desejado. De fato, é o pensamento que é o princípio.

Dado que aquilo que é movido e propicia movimento é intermediário, há algo que propicia o movimento sem ser movido, sendo uma substância e uma atividade eterna. Propiciam movimento desse modo aquilo que é desejável e aquilo que é suscetível de ser pensado: propiciam movimento sem serem movidos. As primeiras entre as coisas são as mesmas. De fato, aquilo que aparece como belo é apetecível mas o objeto do querer, primeiramente, é aquilo que é realmente belo. Desejamo-lo porque parece ser belo, em vez de parecer ser belo porque desejamo-los, pois, de fato, é o pensamento que é princípio. (*Metafísica* XII. 7 1072a 24; trad. Angioni, 2005, p. 210-211)

Na passagem citada, Aristóteles fornece dois exemplos para explicar o que propicia movimento, são eles o objeto do desejo e o objeto do pensamento. A função desses exemplos é mostrar como algo poderia ser causa de movimento sem estar, ela própria, em movimento. Assim, aquilo que é belo é escolhido por si mesmo e move na medida em que o indivíduo que deseja o belo busca sanar seu desejo. No caso do pensamento, uma vez que algo é entendido como belo, pensado como tal, o pensamento seria o princípio primeiro que conduz o movimento de buscar o que é considerado belo. Dentre todas essas distinções, o que não é suscetível de movimento envolve a ideia de um “em vista de que” ou uma causa final. Estas características não dizem respeito à causa eficiente do movimento, mas sim às razões e finalidades dos movimentos. Portanto, o movimento ocorreria em vista de algo que é amado e, por meio desse algo que está em movimento e que busca o objeto de desejo, outras coisas também se movem.

Que há “em vista de que” entre as coisas não suscetíveis de movimento, essa distinção o mostra: “em vista de que”, é “para alguém” ou “em vista de algo”, dos quais um está presente, mas o outro não. Assim, ele propicia movimento na medida em que é amado, mas, por meio de algo que é movido, move as demais coisas. (*Metafísica* XII.7; trad. Angioni, 2005, p. 211)

3.3 As substâncias imóveis

O princípio que influencia o céu e a natureza participa de forma crucial do movimento, embora de forma ainda pouco clara, dado que uma de suas características é mover sem ser movido. A razão disto é que se trata de um princípio que não compartilha das mesmas características dos outros seres.

Portanto, é de um princípio desse tipo que depende o céu e a natureza. Sua fruição é como aquela que nos é a melhor, por pouco tempo (tal princípio é sempre desse modo, mas, para nós, isso é impossível), dado que sua atividade é prazer (por isso, o mais aprazível são vigília, percepção, pensamento, e, devido a tais coisas, as expectativas e as memórias). (*Metafísica* XII.7 1072b 13; trad. Angioni, 2005, p. 211)

Tal como apontado, o pensamento em si mesmo está dentre o que é melhor, e o melhor pensamento é daquilo que é o melhor. Assim, como o pensamento conta com a participação do pensável, os quais são igualmente incorpóreos, como consequência, pensamento e pensável se identificam no ato próprio de pensar. É pensamento quando recebe a essência e o inteligível e está em atividade analisando o que é pensável.

Este seria o item divino que o pensamento possui, sua ciência é o que há de mais prazeroso e melhor. Se o movente imóvel está em ato sempre, ele se encontra de maneira melhor ainda e mais admirável, por ser melhor e mais admirável e sua vida somente lhe pertence, pois a vida é atividade do pensamento, e ele é essa atividade. Segundo Aristóteles, a vida que é em si mesma é uma vida excelente e eterna. Consequentemente, é dito que o movente imóvel ou deus é um ser eterno e excelente. A ele pertence uma vida excelente, eterna e contínua.

Assim, em *Metafísica* XII.7 1703a 3, encontra-se que há uma essência eterna, não suscetível de movimento e separada das coisas sensíveis. Também é compreendido que tal essência não dispõe de grandeza, pois é indivisível e desprovida de partes. Ela propicia movimento por um tempo infinito, porém nenhuma grandeza finita possui capacidade infinita. Deste modo, não é possível considera-la uma grandeza. Além disso, ela não é suscetível a modificações e alterações. Todos os demais movimentos são posteriores ao movimento local, evidenciando porque essas coisas são desse modo.

Segundo Berti (2011, p. 562), as substâncias eternas que são demonstradas por Aristóteles enquanto princípios das substâncias móveis são muitas, o que diz respeito aos motores imóveis das esferas celestes, notando assim uma perfeita conexão entre os capítulos 6-7 e o capítulo 8. No entanto, percebemos que há uma que é primeira em relação às outras, o motor do primeiro céu. É de sua responsabilidade mover o céu na medida em que é desejado por ele, ou seja, na medida em que o céu desejaria alcançá-lo mediante o movimento circular, sendo este o movimento que mais se aproxima da imobilidade.

Em *Metafísica* XII.8, Aristóteles investiga se há somente uma essência deste tipo ou se há várias e quantas são. De antemão, é preciso compreender que as questões sobre quantidade não afirmam nada, como no caso das ideias, alguns acreditam que as ideias são números, mas por vezes dizem que são ilimitados e outras vezes limitado, mas não se diz a causa da pluralidade dos números e da quantidade. O princípio é o primeiro ente que não pode ser movido, ele é responsável pelo primeiro e eterno movimento, sendo único. Isso ocorre porque tudo que é movido é movido por algo, e este primeiro motor é intrinsecamente imóvel.

Esse movimento eterno vem de algo igualmente eterno e único. Além do movimento do todo, é reconhecido outros movimentos eternos, como o dos planetas. Todos esses movimentos também têm uma causa intrinsecamente eterna. É compreendido que a natureza deles é eterna e o que os move é eterno e anterior. Então, é preciso que tenham a mesma quantia de essências eternas, que são em si mesmo e não suscetíveis de movimento desprovida de grandeza.

Podemos compreender o argumento ainda desta forma: o primeiro ente dentre os entes não suscetíveis de movimento é o princípio. O primeiro motor é responsável pelo movimento primeiro e eterno, que é único. Logo, o princípio é o primeiro motor responsável pelo movimento primeiro e eterno, que é único. Essas premissas demonstram que o princípio, como primeiro dentre o que não é suscetível de movimento, é o mesmo que o primeiro motor responsável por todos os movimentos eternos e únicos.

No que diz respeito ao número de princípios, Aristóteles afirma que a ciência mais propícia a examinar é a filosofia, ou seja, a astronomia. Esta ciência é a responsável por compreender as substâncias.

É evidente, portanto, que são substâncias, e que, entre elas, há uma que é primeira, outra, segunda, de acordo com a mesma ordenação das locomoções dos astros. Já o número dessas locomoções, é preciso examiná-lo pela ciência que, entre as matemáticas, é a mais apropriada à filosofia, isto é, a astronomia. De fato, é esta ciência que empreende seu estudo sobre substâncias que, embora sensíveis, são eternas, ao passo que as demais ciências matemáticas, isto é, a ciência dos números e a geometria, não estudam essência alguma. (*Metafísica* XII.8 1073b1; trad. Angioni, 2005, p. 214).

É notável que os movimentos eternos são mais numerosos que os corpos movidos na medida em que cada corpo celeste realiza mais de um movimento. Eudoxo mostra que o movimento do sol e da lua envolve três esferas, a primeira sendo das estrelas fixas, a segunda se move pelo círculo no meio do zodíaco, e a terceira se move pelo círculo que está inclinado na largura do zodíaco. O círculo do movimento da lua inclina-se numa largura maior que o círculo ao qual o sol se move e o movimento de cada planeta envolve quatro esferas. Assim, o número final juntamente com as contrapostas são 55, se não contar com a lua e o sol os movimentos das esferas todas seriam 47.

Há algo que está sempre se movendo num movimento incessante, que é o movimento em círculo. Logo, os céus primeiros têm de ser eternos. Há, portanto, algo que os move. E já que o que tanto móvel quanto é movido têm um estatuto

intermediário, tem de haver um motor que os move sem ser movido, que é eterno, uma substância e atual.

Aristóteles sustenta que todo movimento requer um motor: se a está em movimento, então há algo que está movendo a. Portanto, para que não incorramos num regresso, é preciso que haja motores imóveis: a é movido por b, b é movido por c... e, eventualmente y é movido por z, que é desprovido de movimento. (Todos os movimentos aqui são simultâneos: não estamos reestreando o movimento através do tempo, perguntando o que iniciou o movimento de a perguntamos o que, agora está movendo a). Assim, se existem objetos eternamente em movimento, é preciso que haja motores imóveis eternos. (BARNES, 2009, p. 148.)

Segundo Barnes, é necessário que haja este primeiro movente. O estudioso demonstra que não é possível um regresso ao infinito quando se pretende descrever sobre o movimento e o movido. Nisto, entra a questão de uma primeira causa, ou no caso, o movente imóvel. Dentre os moventes imóveis é possível notar que seus movimentos celestes são eternos. Barnes ainda investiga a necessidade de haver tantos motores imóveis quanto movimentos celestes eternos.

Considerações finais

No primeiro capítulo desta monografia, foi possível obter uma descrição do ordenamento do conhecimento em graus de universalidade, seguindo e preservando o trajeto argumentativo do filósofo. Na sequência, a pesquisa seguiu para a demonstração do significado de ser “sábio”, analisando brevemente as causas que são conhecimentos dos sábios e terminando então com a problemática do que seria essa ciência das causas anunciada no primeiro livro da *Metafísica*.

No segundo capítulo desta pesquisa, foi mostrado que há uma ciência que estuda o ente de modo universal, que parte somente de seus próprios princípios. Esta ciência, tal como anunciado no primeiro capítulo, é a sabedoria ou a filosofia primeira, cabendo somente a esta ciência estudar tal coisa. As demais ciências estudam as coisas que dele advêm, como no caso da matemática.

Entendemos ainda que ente é dito de muitos modos, mas é preciso que seja somente em relação a uma única natureza, ou seja, em relação a um único princípio. A partir de uma discussão sobre a unidade do ente, foi possível chegar a uma diferenciação das ciências teóricas, sendo a sabedoria distinta das demais ciências, as quais terminam por se limitar a um gênero do ente e dedicam-se a ele.

As ciências teóricas buscadas foram a ciência da natureza, matemática e a filosofia primeira. A matemática recebe o estatuto de intermediária, estudando os seres imóveis e não separados. A ciência da natureza, os seres móveis e não separados, pois nela é possível localizar o princípio de movimento, não se classificando como uma ciência prática e muito menos produtiva.

O problema em volta da ciência da natureza é que ela poderia assumir o posto de filosofia primeira, mas por determinar a natureza da substância sensível enquanto composto hilemórfico, falta-lhe universalidade. Ou seja, a sabedoria não é da ordem do sensível e do material, pois investiga o que existe completamente separado da matéria e que pertence, mais diretamente, aos seres sensíveis incorruptíveis, no caso, os corpos celestes. Dito isto, consta em *Metafísica* IV.1 que a ciência primeira é aquela que diz respeito às coisas separadas e imóveis, aquela que fielmente estuda o ente enquanto ente, é preciso que todas as causas sejam eternas, mas que de suma importância a da ciência primeira, tendo seus princípios retomados em si mesmos.

Compreendida a importância da ciência primeira e a existência da substância eterna e imóvel, pressupondo assim a discussão a respeito do seu tipo de movimento, coube discutir ainda se a primeira substância é movida por algo ou se seria o que move algo. O problema que permeia o movimento é com relação à sua dificuldade de definição por poder ser pensado como potencialidade ou ato. O filósofo trabalha de modo a demonstrar que a substância mais elevada não é suscetível de movimento, estando sempre em ato, pois pensar no movimento eterno em potência não o garantiria um movimento eterno em ato. Além disso, foi mostrado que sua substância é separada da matéria e nisso preserva sua eternidade, sendo assim sua própria atividade eterna.

Dos diferentes tipos de movimento, o da substância eterna é o circular dado que o movimento retilíneo admite os opostos e termina por ser finito; o que não fundamentaria a eternidade da substância imóvel. Portanto, o movimento da substância eterna é constante, infinito, uno e deste princípio é que o céu e a natureza são dependentes. Segundo Berti (2011, p. 562) “a substância eterna e imóvel é assim para Aristóteles, causa final, não eficiente, ou eficiente enquanto final, ainda que final num sentido bastante especial, uma vez que se trata de um

final que nunca pode ser alcançado”. Assim, segundo a tradição, é comum atribuir ao movente imóvel a causa final, embora o movente imóvel seja algo que sempre é e, por isso, torna-se inalcançável para os seres sensíveis. Para Berti, o movente imóvel se trata de uma causa final, melhor acabada, algo bastante especial, não aquela causa final que é apreendida pelo intelecto humano.

Dada a complexidade dos problemas encontrados na obra *Metafísica* investigados até o momento, é de fato possível dizer que há uma ciência que estuda os primeiros princípios e causas, que esta ciência não é dependente de nenhuma outra. Esta ciência é o que há de mais nobre que o ser humano possa alcançar, dado que ela trabalha somente com a verdade. Ademais, os problemas filosóficos aristotélicos necessitam de mais aprofundamento, pois perpassam diversas obras e por vezes acabam sem soluções óbvias.

Segundo Natorp⁸ (*apud* CECILIO, 2016, p. 89), a ciência da filosofia primeira é *sophia* que, em uma definição geral, é a ciência das causas primeiras e princípios ou aquela que estuda o objeto mais geral, a dizer, o ser. O estudioso mostra ainda que a resposta se encontra nos capítulos iniciais da obra, pois é dito que tal ciência investiga o ser enquanto ser ou tudo que possui essência. Assim, a ciência teológica, mesmo que contida no livro, não poderia ser chamada de filosofia primeira.

Para o estudioso, algumas informações precisas sobre esta ciência estariam contidas no início da obra e isso se seguia bem até a chegada do capítulo VI, onde se distinguem três gêneros de ciências: as ciências produtivas, as práticas e as teóricas. As ciências do grupo das teóricas contêm os saberes mais elevados, os quais são subdivididos em física, matemática e ciência teológica. Assim, seguindo a obra, Aristóteles identifica a ciência teológica como a filosofia primeira e, na ordem da hierarquia, veríamos a teologia no topo das ciências; o que parece ir de encontro a tese de Natorp.

Segundo Natorp, haveria três divisões importantes da metafísica, a chamada *metaphysica generalis* que investiga o ser em geral, ou seja, noção abstrata de ser que se aplica a todos os seres. A *metaphysica specialis* que se volta para objetos da

⁸ A posição de Natorp foi reconstruída a partir do artigo de Cecílio (2016).

teologia, ou seja, as coisas divinas e, por fim, a *metaphysica rationalis* que tem por objeto a alma humana e a cosmologia.

Podemos aplicar a mesma lógica à perspectiva dos objetos dessas áreas. A ciência teológica se debruça sobre um grupo específico de entes, enquanto a *metaphysica generalis* tem por objeto os entes em geral, ou seja, todos os tipos de entidades. Porém, a conclusão que o livro VI.1 nos apresenta é que a teologia é idêntica à *metaphysica generalis*. Isso ocorreria porque, mesmo que a teologia se concentre em um grupo particular de entes, estes entes são idênticos aos que fazem parte do conjunto de todos os entes.

Portanto, a dificuldade posta pela tese de Natorp pode ser formulada da seguinte forma. Segundo o estudioso, até o livro IV, a definição de filosofia primeira é uma *metaphysica generalis*. Porém, se levarmos em consideração a afirmação literal de? de que a filosofia primeira é uma ciência teológica, parece que a ciência teológica e a *metaphysica generalis* seriam a mesma coisa.

Natorp (*apud* CECILIO, 2016, p. 89-90) segue ainda demonstrando sua predileção pela ciência universal do ente enquanto ente e afirma ser uma ciência superior a todas as ciências particulares, mas como fica essa contradição, estaríamos basicamente dizendo que Aristóteles descreve a ciência suprema ora como ciência do ente, ora como ciência de um grupo específico do ente.

A solução de Natorp é radical a toda essa questão, onde ele considera apenas as passagens que mostram a teologia como filosofia primeira, afirmando que o texto sofre de visões de tendências platônicas em sua. Assim, para o estudioso, todo o livro VI, com exceção do primeiro capítulo, seria autêntico, mas seria apenas um esboço inicial da filosofia primeira. Além dessa inserção errônea, algumas considerações foram inseridas nele, nomeando todas as passagens que equacionam a filosofia primeira como a teologia. Natorp, para dar embasamento a esta sugestão de palavras acrescidas, entende como marca de inautenticidade das passagens referidas o uso do adjetivo *theologiké* que, segundo o estudioso, tem um sentido pejorativo em Aristóteles, o sentido de um “saber” sub-filosófico. Isso porque, com esses termos, Aristóteles avalia o discurso teogônico/cosmogônico de Hesíodo e dos demais poetas. As únicas passagens nas quais é usado, de maneira positiva, o termo *theologiké* são as da *Metafísica* IV e XI para dar sentido a um saber mais elevado. Desse modo, Natorp dedicou outro estudo a *Metafísica* XI,

procurando demonstrar sua total inautenticidade já que este livro enfatiza a ideia de que a filosofia primeira tem por objeto as coisas divinas, ou seja, uma ciência teológica, além de empregar a palavra *theologiké* (em *Metafísica* XI.7 1064b3).

Contudo, ao considerar inautênticas algumas passagens da *Metafísica* em que a teologia é a filosofia primeira, Natorp não pretende, de modo algum, afirmar que qualquer menção ao divino seja ilegível. Por exemplo, para ele não é descartado o livro I em que é apresentada a descrição do motor imóvel. Para Natorp, as menções ao divino teriam espaço na obra, mas que as considerações acerca dele estão incluídas num quadro geral do ser enquanto ser. Assim, salienta que, em Aristóteles, não pode haver uma autêntica *theologia rationalis* distinta da filosofia primeira, compreendida como *metaphysica generalis*. A filosofia primeira inclui considerações sobre Deus, mas para Natorp tais considerações se reduziram a prova de sua existência e o exame de sua essência, o que não configura uma verdadeira teologia, isto é, a capacidade de ser uma ciência autônoma.

As posições de Natorp podem ser questionadas. Para isso, entram os estudos de Zeller (*apud* CECILIO, 2016, p. 195). Para o estudioso⁹, a solução para o conflito entre ontologia e teologia apresentada por Natorp é problemática em vista do pensamento de Aristóteles. Zeller demonstra que o conflito entre ontologia e teologia reside na concepção de *ousia*. A influencia exercida por Platão sobre Aristóteles se tornaria visível quando percebemos que a *ousía* citada em algumas partes da *Metafísica* conduz o entendimento para uma ciência teológica, mas que a noção de *ousía* como indivíduo conduz a uma ciência ontológica. Assim, o problema estaria relacionado às formulações propostas por Aristóteles na *Metafísica*. Diferente de Natorp, a origem do problema teria relação com o texto que temos do filósofo, não com uma corrente de interpretação do texto.

⁹ A posição de Zeller foi reconstruída a partir do artigo de Cecílio (2016).

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas primárias

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. G. Reale, São Paulo: Editora Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Martínez, Madrid: Editorial Gredos, 2003.

ARISTÓTELES. *Física* I-II. Trad. L. Angioni, Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

ARISTÓTELES. *De anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo. Ed. 34, 2006.

ARISTÓTELES. *Metafísica* IV e VI. 2007. Trad. L. Angioni, Clássicos da Filosofia: Cadernos de tradução, n. 14, 2004.

ARISTÓTELES. *Metafísica* IX e X. Trad. L. Angioni, Clássicos da Filosofia: Cadernos de tradução, n. 9, 2004.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. L. Vallandro & G. Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Referências bibliográficas secundárias

ANGIONI, Lucas. As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles. *Anais de Filosofia Clássica*, 2011.

AUBENQUE, Pierre. *O problema do ser em Aristóteles: ensaio sobre a problemática aristotélica*. Tradução Cristina de Souza Agostini e Dioclézio Domingos Faustino. São Paulo: Paulus, 2012.

ANGIONI, Lucas. “O conhecimento científico no livro I dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles”. *Journal of Ancient Philosophy*, v. 1, n. 2, 2007, p. 1-24.

ANGIONI, Lucas. “Comentários ao Livro XII da “Metafísica” de Aristóteles”. *Caderno de História e Filosofia da Ciência*. Campinas, SP, vol. 15, jan-jun 2005.

BARNES, Jonathan. *Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BASTOS, Davi. “A teoria da demonstração científica de Aristóteles em *Segundos Analíticos* 1.2-9 e 1.13”. *Revista Archai*, n. 30, 2020.

CECÍLIO, Guilherme da Costa Assunção. “Conspecto das principais interpretações da Metafísica de Aristóteles—dos primórdios a Paul Natorp e Eduard Zeller”. *O que nos faz pensar*, v. 25, n. 38, 2016, p. 183-204.

CECILIO, Guilherme da Costa Assunção. “O prêmio da *Metafísica* de Aristóteles: uma interpretação de Metaph”. *Revista Archai*, nº 23, 2018.

DUTRA, Juliano; IBERTIS, Carlota Maria. “Ser enquanto ser: Acerca da filosofia primeira de Aristóteles”. *Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, 2003, p. 1-18.

MARTINS, Maria Manuela Brito. “As três ciências teóricas em Aristóteles: uma leitura da Metafísica E, 1-2 e N, 2-3”. *Mediaevalia: Textos e Estudos*, n. 25, 2006, p. 47-64.

BERTI, Enrico. Novos Estudos Aristotélicos II: física, antropologia e metafísica. Trad. de Silvana Cobucci Leite; Cecília Camargo Bartalotti; Élcio de Gusmão Verçosa Filho. São Paulo: Edições Loyola, 2011.



JÚLIO RIELLE DOMINGUES OLIVEIRA

PLANO DE CURSO

Plano de Curso de Filosofia para o Ensino Médio apresentado como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Profa. Dra. Meline Costa Sousa (Orientadora)

Lavras-MG

2023

Plano de curso

1.1 Introdução

O presente plano de curso foi desenvolvido ao longo das experiências obtidas no estágio III e IV, realizados nas escolas estaduais Tiradentes e Dr. João Batista Hermeto, localizados na cidade de Lavras/MG. Foi fornecida aos alunos do 2º e 3º ano do ensino médio uma introdução e uma facilitação do contato com a Filosofia Antiga, Moderna e alguns temas relacionados à Política, contando também com estudo de caso, onde lecionei uma aula, que serviu de critério avaliativo da disciplina Projeto Integrador III: Práticas metodológicas de ensino e aprendizado.

1.2 Análises da BNCC e CBC

Sabemos que a escola possui papel principal na socialização e criação de

caráter do ser humano, para isso é necessário que se espere determinados objetivos. Sendo assim, a BNCC é o documento que define o conjunto de aprendizagem essencial que todo aluno deve desenvolver ao longo de sua vida escolar.

Partindo de um norte mais abrangente, para que depois avancemos para algo mais específico a BNCC, no que diz respeito à área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, espera-se que o aluno, ao longo de sua inserção na escola e com auxílio dos professores, possa desenvolver atitudes, pensamentos e atividades que contribua com o avanço da sociedade e amadureça todo conteúdo adquirido no ensino fundamental. Com essa bagagem carregada para o ensino médio, serão necessários trabalhos para desenvolver uma conduta pautada na ética, pensar o espaço e tempo como características revolucionárias ou de ruptura, e até mesmo os contextos históricos e as diversas culturas de território e fronteira.

Direcionando-nos agora à filosofia, ela se liga a esse percurso da BNCC como fator principal sobre pensar o que é o ser humano e nossas semelhanças. Denominados desde os pensamentos metafísicos, os seres humanos são considerados animais políticos capazes de se organizar em sociedade e agir sobre pensamentos coletivos e individuais.

Considerando esses fatores, o aluno passa a desenvolver pensamentos críticos a respeito de determinados assuntos, esperando assim que com a habilidade de argumentar e analisar pontos possam ser construídas, para que combata quaisquer tipos de injustiças, respeitando as diferentes opiniões. E que seus argumentos, ou seja, qual for a atitude tomada deva ao mínimo ser fundamentado num pensar científico.

Até aqui, a BNCC oferece uma grande pretensão do currículo nacional, mas qual o papel da filosofia, ou melhor, por que filosofia? Entrando agora no norte mais específico, ou seja, a CBC/MG PROPOSTA CURRICULAR FILOSOFIA oferece algumas explicações mais bem situadas com respeito ao papel da filosofia. Na BNCC, é dito que a escola deve amadurecer no aluno seu senso crítico para que pense de modo autônomo e justo. Este certamente é o papel da filosofia, sua essência não é voltada para nenhum outro bem senão a si mesmo, desse modo o bem buscado pela disciplina será patrimônio do próprio aluno, fazendo parâmetro

sobre pensamento aristotélico de que a felicidade tem finalidade em si mesmo.

A CBC PROPOSTA CURRICULAR FILOSOFIA cita alguns pontos essenciais, sendo: perceber, problematizar, refletir, conceituar e argumentar. Quando essas características amadurecidas e bem desenvolvidas contribuem para um avanço tanto intelectual do ser humano como o da sociedade, reafirmando o pensamento científico que a BNCC diz. É válido lembrar que segundo a CBC PROPOSTA CURRICULAR FILOSOFIA o material pedagógico é alterado conforme o grau de ensino. Ela não é de maneira crua para alunos do ensino médio, o auxílio do profissional bem capacitado faz toda diferença para que tudo que isso que foi dito é cobrado até o momento seja bem desenvolvido.

A filosofia é complexa, porém, ao mesmo tempo fácil de malear e aplicar independente do grupo. Para obter resultados, deverão ser posto meios de avaliação, nesse campo de avaliação o favorecido pode ser o aluno e até mesmo o professor, saber usar de uma diversificação nos modos de avaliar, propondo debates que mostrem as competências, e nisso contribui até mesmo para desenvolver do curso e da instituição, seja ela, escola ou universidade.

1.3 Justificativa e objetivo geral

O planejamento curricular é um método lógico do qual serve de auxílio para o professor organizar os conteúdos que serão estudados ao longo do bimestre como no caso de escolas a nível ensino médio, semestre utilizados em nível de ensino superior, ou para a organização do ano letivo completo. Será pensado, neste momento de planejamento, as metodologias utilizadas em sala de aula, ou procedimentos didáticos para a facilidade e compreensão do conteúdo, prezando sempre pela qualidade e objetividade. No entanto, é possível destacar que, caso meios de facilitação venham a se tornar uma realidade, o plano de curso poderá ser alterado

Com a elaboração do plano de curso, os aprendizados podem ser de formas iguais, tanto para o professor quanto para o aluno, seguir a elaboração do plano de

curso é de vantagem até mesmo para a instituição, desta forma a margem de atrasos com conteúdos é diminuída e dispensando o uso da improvisação.

Dito isto, esta proposta de plano de curso é direcionada aos alunos do 2º ano do ensino médio, dado que nas escolas onde obtive minhas experiências, o 1º do ensino médio não conta atualmente com aulas de filosofia. Sendo assim, o conteúdo ministrado para os alunos do 2º ano do ensino médio é o de introdução à filosofia, mostrando a eles o nascimento da filosofia, a importância de seu uso e tentando evoluir na linha cronológica, chegando a assuntos pautados em política e igualdade.

1.4 Metodologia

As chamadas práticas metodológicas ativas de ensino-aprendizagem só foram possíveis quando houve pela LDB uma reforma educacional no Brasil. Com essa mudança, foi possível criar currículos escolares mais flexíveis, pressupondo assim a passagem da disciplinaridade para a interdisciplinaridade, onde os resultados e objetos de avaliação deixam de se centrar exclusivamente nos resultados obtidos e passa a focar o processo ensino-aprendizagem, tanto do aluno quando do profissional que ensina, numa concepção construtiva. Das variáveis práticas metodológicas suas características dependem das finalidades atribuídas aos aspectos de personalidade dos estudantes. Acreditam Araújo e Sastre (2009) que “além de apresentar novas estratégias de ensino-aprendizagem, como as metodologias ativas, considera um novo desafio para a formação de professores do futuro”.

Esses desafios são os meios que possibilitam o domínio dos conhecimentos, sendo necessário a formação de professores que aprendam a pensar, a relacionar teoria e prática, e analisar de modo criativo e adequado às necessidades do aluno. É possível ver que o modo tradicional acaba por hora ineficaz e ineficiente em função das exigências da realidade dos alunos. É necessário ter em mente enquanto docente a urgência de sempre ampliar o acesso escolar e cultural das classes menos favorecidas dado o avanço científico, ou seja, o professor enquanto responsável pelo ensino tem a tarefa de tornar o conteúdo a ser ensinado mais acessível.

Esses novos instrumentos pedagógicos buscam dividir a tarefa de aprender entre alunos e professores. Os alunos passam a ter uma participação efetiva neste processo, buscando conhecimentos, aprendendo a articular teoria-prática, e realizando reflexões críticas sobre problemas e exigências do mundo. Com estas mudanças de ensino, o processo de interação entre alunos e professores se encontra em constante processo de interação, o papel que anteriormente o aluno assumia de submissão abre margem para uma transformação, sendo a de um aluno ativo e participativo na construção de conhecimento. Assim como o papel do aluno é transformado o do professor também, com preocupação em formar docentes capazes de executar tais métodos. Segundo Gemignani (2012), “Podemos ressaltar que o papel ativo do docente, nos processos educacionais, deve se refletir no desenvolvimento de uma atitude que se articule com a prática interdisciplinar, ao promover rupturas nos modos convencionais de conceber e praticar a educação.

Nesta atuação, exige-se que o professor esteja sempre avaliando seu trabalho, verificando se a sua proposta metodológica está adequada à realidade, se a sua relação professor-aluno traz felicidade e se leva à aprendizagem significativa. Esta atitude interdisciplinar do professor deve ser construída pelo autoconhecimento inicial, no exercício da reflexão sobre sua prática educativa, na procura do significado para sua própria vida e a de seus alunos, tornando-o um processo contínuo de construção de novos saberes e não abandonando suas práticas coerentes, mas atualizando-as e compartilhando-as com seus parceiros.

1.5 Aula expositiva

A prática metodológica expositiva-dialogada pode ser considerada uma das mais antigas existentes. Muitos acreditam que essa tradição de aula expositiva dialogada pode até ser extinta, porém dentre tantos avanços e tantas opções tecnológicas, este modelo de prática permanece ativo até hoje. Este modelo tem a intenção de proporcionar aos alunos algo mais interativo e dinâmico, podendo até ser chamado de método socrático de ensino. As aulas expositivas abrem diversos caminhos para aplicação de recursos didáticos, como no caso de data-show, mapas,

globos, vídeos, gamificação e outras variedades que deixam seu conteúdo mais atrativo e interessante.

Segundo Stucker (1973), o método visa organizar e auxiliar a atividade do docente, de modo que o aprendizado do aluno se efetive. Sua característica fundamental é a comunicação verbal do professor em forma de narração ou de demonstração. Este método, entretanto, sofreu algumas críticas a respeito de não parcializar com a chamada escola ativa, mas como mostra Gonçalves, isto não é verdade: “Este método, entretanto, não entra em conflito com os princípios da escola ativa, como pensou-se durante algum tempo, pois, como é encarado atualmente. Ele envolve também a participação do aluno, através de perguntas, respostas e colocações”.

É possível notar, então, que para o bom uso deste método de ensino exigirá a participação dos alunos, expondo seus pontos de vista ou questionando algo e pensar também que parte da concretização será exigido do professor explicando e procurando cada vez mais exemplificar o conteúdo, para que possa ser criado uma conexão com os alunos, os instigando a novos caminhos e perguntas.

1.6 Mapa conceitual

O mapa conceitual é uma maneira de organizar e representar ideias, conceitos e informações sobre um assunto através de uma estrutura gráfica. É uma maneira de desenvolver o pensamento lógico e as habilidades metacognitivas, revelando conceitos chaves que estarão sendo abordados em sala de aula.

A metacognição, conhecida como teoria da mente, é um conceito que nasceu na psicologia e nas ciências cognitivas para fazer referência à capacidade que os seres humanos têm de atribuir pensamentos e intenções a outras pessoas ou entidades. Especialistas acreditam que esta capacidade seja congênita e tem a ver com sua plena capacidade de compreender e de refletir acerca do estado mental dela mesma e de outrem, a utilização do mapa conceitual não é algo de imediato uso, é necessário que os alunos tenham um conhecimento prévio geral do conteúdo a ser ensinado

Segundo Ausubel (2003, p. 166), “Quando se programa a matéria a ser

lecionada de acordo com o princípio de diferenciação progressiva, apresentam-se, em primeiro lugar, as ideias mais gerais e inclusivas da disciplina e, depois, estas são progressivamente diferenciadas em termos de pormenor e de especificidade”. Esta ordem de apresentação corresponde, presumivelmente, à sequência natural de aquisição de consciência cognitiva e de sofisticação, quando os seres humanos estão expostos, de forma espontânea, quer a uma área de conhecimento completamente desconhecida, quer a um ramo desconhecido de um conjunto de conhecimentos familiar.

Também corresponde à forma postulada, através da qual se representam, organizam e armazenam estes conhecimentos nas estruturas cognitivas humanas a necessidade de que os alunos tenham este conhecimento prévio sobre o assunto a ser ensinado, mesmo que superficial fará com que as ideias gerais na introdução do mapa conceitual não sejam confusas e diminuirá as dificuldades na hora de especificar tais conceitos.

Ponto interessante sobre a metodologia de mapa conceitual é que ele pode ser utilizados por aluno, não está restrito somente ao uso do docente, quando um aluno aprende e utiliza deste método a tendência é que alguns temas começam a ficar claros e a mostrar os pontos em que possui dificuldades, porém é preciso cuidado um aprendiz não tem muita clareza sobre quais são os conceitos relevantes de determinado tema e quais as relações sobre esses conceitos, o modo com que vai avançando e adquirindo experiência é possível perceber esta especificidade, o aprendiz então voltará a procurar meios que saciem estas dúvidas ou até mesmo busque ajuda de alguém mais experiente.

É válido lembrar que o mapa conceitual não se baseia apenas em um modelo como mostra Tavares (2007, p. 4), “Existe uma grande variedade de tipos mapas disponíveis, que foram imaginados e construídos pelas mais diversas razões. Alguns são preferidos pela facilidade de elaboração (tipo aranha), pela clareza que explicita processos (tipo fluxograma), pela ênfase no produto que descreve, ou pela hierarquia conceitual que apresenta.

Quando se deseja otimizar um determinado processo, a utilização do mapa tipo fluxograma é a representação mais adequada. Esse tipo de mapa deixa claro quais são as confluências e as possíveis opções a serem escolhidas. Ele ainda é extremamente utilizado na elaboração de programas de computador, quando se

deseja construir um algoritmo eficiente para determinada função. No entanto, o único tipo de mapa que explicitamente utiliza uma teoria cognitiva em sua elaboração é o mapa hierárquico do tipo proposto por Novark e Gowin (1999). É preciso também ter em mente que nem sempre será possível o uso desta prática metodológica, como por exemplo, no caso de salas de aulas que possuem alunos autista, em que a metacognição não é desenvolvida resultando em algum problema a nível da teoria da mente, sendo assim é preciso que o docente busque outra prática metodológica a fim de incluir todos.

1.7 Estrutura do plano de curso para Ensino Médio

No primeiro bimestre, trabalharemos uma introdução à filosofia, buscando sua compreensão e uso no dia a dia, mobilizando problemas e análises reflexivas tentando chegar num posicionamento crítico e defesas de ideias. Para isso, serão utilizados Platão, Sócrates e Aristóteles, abordando de forma rápida vida e obra, pontuando a alegoria da caverna, o método socrático de reconhecer sua própria ignorância e a ciência do conhecimento metafísica em Aristóteles.

No segundo bimestre, é possível entrar com o tema da ética, moral e dever, buscando delimitar seus conceitos e tentando despertar nos alunos e alunas um olhar crítico-reflexivo sobre seu cotidiano, baseando sempre nestes conceitos filosóficos que forem apresentados. Para isto, é possível a utilização dos filósofos modernos, como Kant e David Hume.

Continuando no terceiro bimestre a linha de filósofos modernos, poderá ser abordado as ideias de Beauvoir e Sartre, abordando temas políticos como no caso do feminismo, e do existencialismo. Para a realização destas aulas é proposto a abordagem de situações cotidianas dos alunos, sejam as alunas mostrando situações onde a pauta filosófica feminista se faz presente, nestas questões, o papel da filosofia é situa-los como ser pensante e mostrar que o espaço social está sempre em mudança.

Por fim, no último bimestre, acredito que com a maturidade do pensamento dos alunos e sua capacidade de compreensão mais apurada, poderá ser aplicado questões filosóficas metafísicas, como no caso do movente imóvel por Farabi e suas diferenças filosóficas de Aristóteles, neste bimestre a intenção é mostrar para os alunos o mais variados problemas estudados pela filosofia, em minhas experiências vi que os alunos não conhecem a filosofia árabe, acredito que aqui será um espaço para mostrar algo novo a eles.

Estrutura do plano de curso

Turma: segundo ano do ensino médio regular.

1.1 Primeiro bimestre

Tema/conteúdo: Para que filosofia – o que é? Como nasceu? E sua aplicação na vida. Sócrates e seu método socrático de reconhecer sua própria ignorância. Platão, vida e obra, teoria das ideias e alegoria da caverna. Aristóteles e a ciência do conhecimento (Metafísica).

Competências: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BNCC, p. 559)

Habilidades: (EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vista à compreensão de idéias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (BNCC, p. 560)

Metodologias ativas: Aulas dialogadas expositivas e just-in-time, após as aulas introdutórias, os alunos deverão entregar um feedback sobre as aulas, os pontos que tiveram dificuldade e os pontos que lhe atraíram a atenção. Com este material o professor retoma os pontos de dificuldade e reforça as explicações, facilitando então a compreensão e possibilitando avanço da matéria.

Dinâmicas: Leitura do texto, exposição dos principais tópicos dos textos, organização das ideias conforme o feedback dos alunos, debates relacionando com os temas atuais, trabalhos escritos e prova avaliativa.

Recursos didáticos: Utilização do quadro, acervo de livros disponíveis na biblioteca, texto disponibilizado pelo professor e caso precise bibliografias secundárias disponibilizado pelo professor e debates.

Métodos avaliativos: *Feedback* dos alunos em forma de trabalho escrito, participação na aula e em debates e prova bimestral referente ao conteúdo ensinado.

1.2 Segundo bimestre

Tema/conteúdo: Kant e Hume obra e vida. Ética, moral e dever. Os imperativos categóricos e hipotéticos. Vontade boa; código moral; dever; motivação; lei.

Competências: Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e

violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os Direitos Humanos. (BNCC, p. 564)

Habilidades: (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão, (BNCC, p. 564)

Metodologias ativas: dramatização e simulação (júri simulado) e debates.

Dinâmicas da aula: Aulas introdutórias com os pensamentos das obras centrais dos filósofos escolhidos. Pesquisa por parte dos alunos para a preparação do júri simulado.

Material utilizado: Quadro, texto disponibilizado pelo professor, slides com tema das aulas e imagens ilustrativas.

Métodos avaliativos: Relatório da pesquisa realizada pelos alunos, participação na aula e no júri simulado, prova avaliativa a respeito dos conteúdos ensinados.

1.3 Terceiro bimestre

Tema/conteúdo: Simone Beauvoir obra e vida. Sartre obra e vida. Sartre liberdade e a existência radical e a má-fé. Beauvoir, gênero, identidade e liberdade.

Competências: Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BNCC, p. 558)

Habilidades: (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilo de vida, valores, condutas, etc.) desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais. (BNCC, p. 564).

Metodologias ativas: estudo de caso sobre desigualdade de gênero e sala de aula invertida, onde os alunos relatam as vivências deles.

Dinâmicas das aulas: pesquisa por parte dos alunos sobre quem foram os filósofos e suas contribuições para os movimentos, discussão a respeito das vivências trazidas pelos alunos, aulas introdutórias sobre o existencialismo e feminismo, estudo de caso onde será expostas questões e através do aprendizado do bimestre os alunos buscarão soluções e, por último, o seminário apresentado pelos alunos.

Material utilizado: Quadro, imagens e textos disponibilizados pelo professor.

Métodos avaliativos: Pesquisa por parte dos alunos sobre os filósofos, discussão sobre o estudo de caso e apresentação e compreensão do tema por parte dos alunos.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC / SEB, 2017. (Versão final).

1.4 Quarto bimestre

Tema/conteúdo: Al-Farabi obra e vida. O sujeito segundo a metafísica de Farabi. O que é um movente imóvel. Relação com a Filosofia Primeira de Aristóteles.

Competências: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e as possíveis relações entre eles. (BNCC, p. 558)

Habilidades: (EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de idéias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (BNCC, p. 560)

Metodologias ativas: Mapa conceitual, aula expositiva dialogada e pesquisa.

Dinâmicas das aulas: Aula expositiva sobre os principais pontos do tema da aula. Leitura do texto “Cidade Virtuosa”. Montagem sobre os conceitos achados em sala de aula sobre o movente imóvel. Dinâmicas de perguntas, por exemplo, o que eles

acham que é um movente imóvel, qual a razão de sua existência, e o porque se estuda isso, como a filosofia de Aristóteles contribui para a filosofia arabe.

Material utilizado: Quadro, slides com imagens do filósofo, folhas disponibilizadas pelo professor com o mapa conceitual do conteúdo.

Referências bibliográficas

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC / SEB, 2017. (Versão final).

ALFARABI, **A cidade virtuosa. Trad. Catarina Belo**, Edição: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. Avenida de Berna/Lisboa, p. 75-100, 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: A experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967. (Capítulo I - Infância e capítulo II - A vida social)**

DA SILVA, C. **O brotar originário da liberdade: Sartre e a existência radical.** In: ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 8, n. 2, p. 221-227, 2018.

HUME, D. **Vida e Obra.** Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 345.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARQUES, I. **Sartre e o Existencialismo**. Revista Eletrônica FUNREI, n.1, p.75-80. São João del-Rei, UFSJ: Metanoia, 1998.

MURCHO, D. **Renovar o ensino da filosofia**. Lisboa: Gradiva, 2003.

OLIVA, J. **O outro a partir da corporeidade: a importancia do corpo na situação da mulher em O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir**. Sapere Aude - Revista de Filosofia, v. 5, nº9, 2014.

SOUSA, M. **A pluralidade dos moventes imóveis e os tipos de intelecção na Metafísica Lambda de Aristóteles**. Archai: Revista de Estudos sobre a Origem do Pensamento Ocidental nº16, p.51-67. 2016.